



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - BNDES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1690/15	DATA: 10/09/2015	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 09h41min	TÉRMINO: 14h17min	PÁGINAS: 101

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ELEAZAR DE CARVALHO FILHO - Ex-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA - Ex-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

SUMÁRIO
---------

Tomada de depoimentos.
------------------------

OBSERVAÇÕES
-------------

Há orador não identificado em breve intervenção. Há palavra ou expressão ininteligível. Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. A reunião foi suspensa e reaberta.
--



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Invocando a proteção divina, em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da Ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 9 de setembro.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Sr. Presidente peço licença da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Delegado Edson Moreira.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição do resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão. Cópias dessas matérias poderão ser solicitadas pelos membros da CPI à Secretaria desta Comissão.

Tomada de depoimento.

Iniciaremos agora a audiência pública para tomada de depoimento do Sr. Eleazar de Carvalho Filho, ex-Presidente do BNDES entre janeiro de 2002 a janeiro de 2003.

O depoimento decorre da aprovação do Requerimento nº 124/2015, do Sr. José Rocha. O depoente falará na qualidade de testemunha.

Informo que durante a fala inicial do depoente não haverá apartes. Os Deputados interessados em interpelar o depoente deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria da Comissão.

Convido para sentar-se à mesa, e aqui já está, o Sr. Eleazar de Carvalho Filho.



Informo que V.Sa. prestará depoimento na qualidade de testemunha, devendo prestar o compromisso de falar a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos dos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal.

Advirto V.Sa. que o descumprimento desse dever legal fará incidir sobre si as penas relativas ao falso testemunho, previstas no art. 342 do Código Penal.

Passo a palavra a V.Sa. para que possa fazer o seu compromisso.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Neste momento, declaro encerrada a lista de inscrições.

Passo a palavra ao Sr. Eleazar de Carvalho Filho para suas considerações iniciais, pelo tempo de 10 minutos.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Exmo. Sr. Deputado Marcos Rotta, Presidente desta CPI; Exmo. Sr. Deputado José Rocha, Relator; demais Deputados; membros desta Comissão; senhoras e senhores, bom dia a todos! Respondendo à convocação de V.Exas., é uma honra poder contribuir com esta valiosa Comissão. Vou procurar usar um tempo menor do que me foi destinado para valorizar os questionamentos de V.Exas. Como é de conhecimento dos senhores, deixei a Presidência do Banco há mais de 12 anos. Tive a honra de ter sido indicado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso à Presidência da Instituição e pelo Ministro Sérgio Amaral, que me fez o convite. Foram quase 3 anos no BNDES, minha única experiência no serviço público, e tenho muito orgulho de tê-lo presidido. Tive o privilégio de conviver com um colegiado de alto nível técnico e de interagir com um quadro de colaboradores extraordinário. Voltei à iniciativa privada após o período de quarentena. Presidi instituições financeiras antes e depois da minha passagem pelo BNDES, mas nada é comparável a essa experiência no setor público. Fui Presidente da Instituição nas primeiras semanas de 2003, período coberto pelos trabalhos da CPI, e é meu dever prestar conta desse trabalho. A maior parte da minha gestão, no entanto, foi durante o ano de 2002, ano em que o BNDES completou seu cinquentenário. Foi um ano de muitas realizações, mas procuramos resgatar também seu histórico papel, através de uma série de estudos e reflexões sobre os mais variados temas. A instituição prestou um relevante papel quando



requisitado pelo Governo, seja em ações de reforma do Estado, seja em programas ligados a oferta de energia, bem como ao aumento da competitividade da indústria brasileira. O Planejamento Estratégico, com a visão 2005, visava a realização de investimentos no valor de 75 bilhões de reais, através do que se chamou efeito multiplicador de seus desembolsos, que eram da ordem de 30 bilhões de reais, projetados à época. Para que o Banco pudesse reduzir a participação em projetos apoiados, viabilizando uma maior ação indutora do investimento, foi lançado o Programa de Emissão de Títulos Corporativos, do qual o Banco poderia participar em até um terço para financiar ou estimular emissores. Fizemos também avanços no âmbito da governança corporativa para que empresas adotassem as melhores práticas, desde a primeira grande empresa listada no novo mercado da BOVESPA. Apoiamos operações que visavam aumentar a quantidade de investidores em ações, através da pulverização do capital das empresas. Gostaria de destacar o lançamento da página na Internet “BNDES Transparente” para consulta de contratos e compras à Instituição; o Código de Ética Profissional dos Empregados do BNDES; as Normas e Diretrizes para Representação do Sistema BNDES em Colegiados de Entidades e Empresas, assim como a recomendação da mudança do estatuto do Banco para permitir o financiamento de ativos em investimentos no exterior — e abro aspas — “sempre que contribuam para promover exportações”. Finalmente, não poderia deixar de citar o lançamento do Cartão BNDES, em 23 de setembro de 2002, durante a EXPO ABRAS. O projeto-piloto teve inicialmente como emissor o Banco Bradesco, um projeto que demorou todo o ano de 2002 e envolveu grandes mudanças nos sistemas do BNDES. Mas entendo ter sido um produto extraordinário, que o banco soube muito bem desenvolvê-lo a partir de 2003, de forma a apoiar as pequenas e médias empresas. A Instituição é capacitada para ajustar as necessidades do País, executa a missão que lhe é designada por governos de forma técnica e deve executar bons projetos que chegam ao banco. Estou à disposição de V.Exas. para responder as perguntas desta Comissão. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Passo a palavra ao eminente Deputado José Rocha, Relator desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta, Sr. Vice-Presidente, Deputado Miguel Haddad, ilustre depoente, Sr. Eleazar de



Carvalho Filho, ex-Presidente do BNDES, Sras. e Srs. Deputados, V.Sa. chegou ao BNDES em abril de 2000, com um histórico de homem do mercado financeiro, com passagem pelo Crefisul, Banco Garantia, UBS, entre outros.

Antes de ser Presidente do Banco. V.Sa. foi Diretor Superintendente do BNDESPAR, braço do Banco para a atuação no mercado, onde, entre outras operações, participou de várias operações polêmicas. Uma delas foi o descruzamento de ações da Vale com a Siderúrgica CSN, pela qual o Grupo Vicunha assumiu o controle da siderúrgica graças a um socorro de aproximadamente 700 milhões de reais — 390 milhões de dólares — do BNDES, sendo 391 milhões via compra de debêntures conversíveis da CSN.

Na época, a própria Diretoria do Banco estipulara em 300 milhões de dólares o financiamento máximo à operação, que ajudou o empresário Benjamin Steinbruch a construir o seu atual império. Por que usar o Banco para enriquecer o setor privado a juros subsidiados, como foi o caso dessa operação?

Na época que V.Sa. passou pelo BNDES, o Banco foi também particularmente generoso com as montadoras de automóveis, gigantes multinacionais que não deveriam precisar de dinheiro de um país pobre como o Brasil, na época.

Segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, somente em 1998 a 2002 foram aprovados para as montadoras quase 3 bilhões em financiamentos, sendo mais de 1 bilhão no período em que V.Sa. era Diretor e Presidente do banco. Como V.Sa. explica tamanha generosidade com os mais ricos?

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Só para alertar que esta Comissão de investigação é para apurar fatos ocorridos entre 2003 e 2015. Eu acho que o Relator está fazendo perguntas de 2000 e 2002. É só para lembrar que é de 2003 a 2015. É só uma lembrança.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o ilustre Deputado Relator.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Deputado, o depoente vai ficar à vontade de responder aquelas perguntas que ele achar que devam ser respondidas. As que ele não achar, ele não responde. Ele é muito cavalheiro.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - É para focar no objetivo da CPI.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - O.k. Vamos lá. Quais órgãos integrantes da Administração Direta detinham competências para tomar decisões que condicionassem e limitassem a atuação do BNDES?

Como eram definidos os objetivos e diretrizes que pautavam o financiamento às exportações pelo BNDES, antes da edição do decreto dispendo sobre a Câmara de Comércio Exterior — CAMEX em junho de 2003? Até quanto, nas operações de financiamento às exportações, órgãos integrantes da Administração Direta participavam das análises de risco de crédito?

O fato de uma nação estrangeira possuir elevado risco ao País era um impedimento a que o BNDES lhe concedesse crédito?

De que maneira as decisões tomadas pelo Conselho de Administração condicionavam a atuação dos órgãos técnicos do BNDES?

V.Sa. acha que os empréstimos do BNDES devem continuar sendo objeto de sigilo bancário?

Sr. Presidente, me dou por satisfeito, por enquanto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado José Rocha.

Passo a palavra ao Sr. Eleazar de Carvalho Filho para que possa responder os questionamentos feitos pelo eminente Relator.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Obrigado, Sr. Relator. Eu vou procurar responder dentro do tempo alocado. São perguntas em relação a um período anterior ao objeto desta CPI, mas tenho toda a satisfação de responder, sem sombra de dúvidas. Em primeiro lugar, vamos falar da operação do descruzamento entre a CSN e a Vale. Foi uma operação que eu não chamaria de polêmica, pelo contrário, eu chamaria de muito importante para permitir que as empresas pudessem ter um crescimento, como tiveram ao longo dos anos seguintes. Então, o BNDES, que tinha participação acionária em Vale, onde existia um controle compartilhado entre CSN e Vale do Rio Doce, com uma série de problemas que estavam afetando a sua capacidade de crescer. Participamos de uma operação de financiamento sim. Foi colocado como parte do planejamento estratégico que alguns setores eram importantes para impulsionar o crescimento. Vamos lembrar que 2000 é anterior ao crescimento que a China acabou tendo,



impulsionando o mercado de minério. E fizemos uma operação que pode ter sido criticada por ter sido dura. Por quê? Porque, ao financiar Vicunha Siderurgia, através de debêntures — e debêntures que tinham várias características não só em relação às garantias, mas também em relação à permutabilidade, ou seja, o Banco poderia exercer uma opção de compra de parte do capital da CSN e, com isso, auferir um resultado, como também, na medida em que houvesse qualquer alienação de controle, que é direito do empresário fazer, mas a alienação de controle que foi fruto de um financiamento do Banco — foi introduzido algo que, na época, foi até dito, anterior à operação ter sido aprovada, que foi o seguinte: todo o lucro auferido na venda inicialmente era do Banco, se fosse feito; e, ao longo do tempo, na medida em que aquela entidade fosse sendo gerida e gerenciada, o resultado seria o risco do empresário. Então, eu acho que foi muito importante para o crescimento posterior da Vale. A Vale, com isso, fez um planejamento estratégico. À época, eu estava no Conselho da Vale, representando o BNDES. A Vale passou por um planejamento estratégico que permitiu, inclusive, o crescimento que ela veio a ter, e a CSN pôde ter, como a maior siderúrgica do País, pôde ter a sua própria vida. Então, eu acho que nesse primeiro ponto, Sr. Relator, eu acho que foi uma operação que foi muito transparente, na medida em que nós inclusive, e não só transparência, de resultado, mas também de importância para o País. E, diferente de outras operações, toda a operação do Banco é pública, mas nós comunicamos, anterior à aprovação pela Diretoria, quais eram as diretrizes básicas, ou seja, qual seria a forma. E a negociação foi uma negociação dura para que ela protegesse a Instituição. Então, eu acho que é uma das operações de que o Banco deve se orgulhar, e ela teve bastante resultado sim. Em relação ao financiamento a montadoras, Deputado, o BNDES, através do Exim, sempre visou apoiar as empresas sediadas no País, sejam estrangeiras ou brasileiras. O BNDES nunca teve discriminação em relação à nacionalidade, naquilo que gerasse emprego e naquilo que gerasse abertura de novos mercados. Então, a prioridade, anterior a 2002, sempre foi a prioridade de que mercados, onde não eram mercados tradicionais de exportações brasileiras ou que eram atendidas pelas matrizes ou outras filiais dessas montadoras, seriam apoiados. Essa era a maior prioridade. Em 2002, no entanto, como é de conhecimento de todos, as linhas de crédito para o Brasil, em relação ao comércio exterior, secaram.



O BNDES aprovou, junto ao CODEFAT, uma linha especial do FAT cambial. Eu acho que, nesse ponto, e tenho que reconhecer, houve interação do Banco e o CODEFAT para que se entendesse o momento que era crítico, as empresas não tinham acesso ao capital de giro. Foi aprovada uma operação, se não me engano, de 500 milhões de dólares, não para as montadoras, mas para abrigar pré-embarque de exportações brasileiras. Em 2002, isso foi feito, sim. Eu entendo que continuou em 2003, mas houve, para os exportadores brasileiros, num momento de carência de linha de crédito, uma participação do Banco. Eu sei que o Banco Central também utilizou reservas para financiar o giro das exportações brasileiras. Eu posso falar mais sobre isso se os senhores quiserem. Em relação à questão dos fóruns e como é feita a gestão do Banco, e as decisões, como elas são tomadas, o Banco obviamente, como se sabe, é uma entidade de Estado permanente, mas quem designa seus conselheiros, seus diretores, é o Presidente da República. O Conselho de Administração do Banco, e eu fiz parte do Conselho do BNDESPAR, inicialmente, e depois como conselheiro do Banco, quando passei à Presidência. O Conselho é nomeado pelo Ministro de Estado de Indústria e Comércio Exterior. As reuniões do Conselho são muito mais no sentido estratégico, no sentido institucional. As decisões sobre as operações são tomadas por um colegiado, que é a Diretoria. Entendo, e podem ter tido mudanças nos últimos anos que eu não acompanhei, mas eu entendo que os fóruns de decisão, em termos de enquadramento, crédito, ou seja, todo o quadro técnico, é que pautam as operações para a Diretoria. Então, a Diretoria colegiada aprova as operações, ela é a última instância. As operações de crédito não vão para o Conselho do Banco; mudanças em políticas, isso sim iria.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Há possibilidade de interferência política nessas decisões?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Sr. Relator, eu nunca vi interferência política em decisões de crédito, até porque, vamos lembrar, uma instituição financeira concede crédito para que ele seja retornado. Ela realiza operações de risco, e seus administradores são não só regulados por entidades de controle, que são conhecidas de todos, mas também pelo Banco Central, de forma idêntica a uma instituição privada. Então, na medida em que as operações têm interesse público, são bons projetos, nós sempre falávamos: o problema não é o



poder ou não apoiar, o problema é não ter um bom projeto. Na medida em que tem um bom projeto, qualquer projeto que tem interesse da sociedade tem interesse político no sentido de que gere emprego, no sentido que é investimento em determinado Estado, e assim por diante. Mas eu nunca vi interferência política no sentido, talvez, da pergunta de V.Exa. em qualquer decisão que o Banco tenha tomado. Uma decisão, por exemplo, de CSN e de Vale foi tomada dentro do planejamento do Banco, que entendia que era importante ser apoiada. Finalmente, o senhor perguntou em relação às exportações, às operações de exportação, eu não conheço o mecanismo atual que abriga o comércio exterior. Na época, você tinha a CAMEX, e havia discussões fora do âmbito do BNDES no sentido de operações ou tratativas entre países. Isso não estava no âmbito do Banco, mas tínhamos alguns mecanismos de seguro que eram muito importantes. O primeiro deles é o CCR, que é o Convênio de Crédito Recíproco para as operações dentro da América Latina, onde podia ou não existir limite para um determinado país. Eu me lembro, sim, que isso era um objeto de discussão. Muitas vezes, um operação para um país que não tivesse um limite de crédito, se não tivesse seguro de crédito à exportação ou limite dentro do CCR, ela não podia ser apoiada pelo Banco, porque precisava ter garantias. Aí seriam garantias eventualmente do exportador, por exemplo, mas todo o processo de aprovação de exportação é feito internamente, e, na medida em que quem pleiteava o crédito já tinha feito os pedidos de seguro ou de garantia, isso poderia ser feito. Finalmente, o senhor perguntou em relação à questão de sigilo. Aí eu separaria em dois pontos: eu não me lembro de operações sigilosas na minha época. Eu não entendo que houvesse qualquer tipo de impedimento à devida comunicação de tudo aquilo que o banco fez quando aprovava em diretoria. Agora, existem, sim, questões de sigilo que eu acho que permanece em qualquer situação numa atividade comercial, porque se trata de sigilo comercial ou sigilo bancário, o que diz respeito a avaliações internas do Banco, *rating* da empresa, qual é o *spread* de risco que está sendo avaliado. Quer dizer, aquilo que é comunicado e aprovado em diretoria é publicado, ou seja, a empresa sabe o quanto vai pagar, o mercado, a sociedade sabe. Mas como o Banco tomou essas decisões são questões internas. Assim como também, na medida em que as empresas oferecem informações que não são informações que são divulgadas ao mercado, assim como em instituições



privadas. Mas, com o Banco, talvez tenha uma maior até abrangência esse pedido de informações, se bem que o Banco sempre foi muito rico em demandar conhecimento e estratégia, etc. Isso certamente eu acho que deve permanecer sigiloso, porque existem concorrentes e pode ser delicado. Desculpe se me alonguei, mas espero ter respondido às suas perguntas.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Tenho mais uma só. Parece-me que foi na sua gestão à frente do Banco que o estatuto foi modificado, para que fosse criada uma linha de crédito que permitisse empréstimos para a realização de obras no exterior por empresas brasileiras, usando recursos do FAT. Como o senhor vê essa questão e o que isso representou para as empresas brasileiras no exterior?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - O senhor pergunta em relação ao financiamento de exportações ou ao financiamento de investimentos?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Exportações.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Tá. Obrigado, Presidente — desculpe-me —, Sr. Relator. As exportações, desde o início do Exim — estamos falando dos anos 90 —, sempre foram apoiadas pelo Banco. Exportações são aquelas tanto de bens, quer dizer, equipamentos que são fabricados no Brasil e, com isso, são exportados para o exterior e são pagos. Eu vou dar um exemplo, que é a EMBRAER. A EMBRAER não existiria enquanto exportadora de produtos que demandam financiamentos de longo prazo não fosse uma atuação do Eximbank ou do Exim BNDES à época. As exportações de serviço também são exportações de valor agregado, só que elas envolvem sejam desenhos, sejam serviços de engenharia, etc. Sempre puderam ser apoiadas pelo Banco. Eu entendo que isso era corriqueiro. O Banco analisaria o volume. Também, Sr. Relator, não eram volumes tão expressivos. Mas, para o Banco, uma operação de 1 milhão merece um tipo de atenção que mereceria numa instituição pública. Para investimento no exterior, aí eu permitiria só um parêntese que eu acho que é importante, tá? Eu me lembro de ter visitado a Argentina no início dos anos 2000 e ter visto o quanto, em alguns casos, a exportação brasileira... Vamos dizer, nós tínhamos dois tipos de exportações brasileiras. A exportação de *commodities* não precisa de financiamento e é tradicionalmente aquilo que o País exporta em grande volume, sejam minérios, produtos agrícolas, etc., né? A exportação de bens de capital demandava e tinha



uma atuação através do BNDES Exim. As demais exportações de manufaturados, ao longo dos anos, o BNDES começou a ver que talvez faltasse a possibilidade de financiar certos investimentos no exterior que permitissem a inserção dessas empresas em mercados. Então, eu me lembro de que um exemplo de que se falava era uma exportação para a Europa que precisasse de alguma capacidade logística ou de armazenamento, ou, enfim, que pudesse permitir que aquela empresa entrasse no mercado e não só dependesse de um agente ou de um terceiro. Ela poderia ter interesse, sim, investimentos fora. A Natura foi um exemplo que se discutiu muito, abriu uma atividade na Europa, etc. Então, o Banco entendeu que, para dar maior conteúdo à exportação brasileira, poderia ser importante ter a capacidade de financiar alguns empreendimentos no exterior. Então, em 2002, o estatuto do Banco previa que, para o apoio às exportações, isso pudesse acontecer. Se o senhor me perguntar *“Foram aprovadas operações nesse período?”*, eu diria que não, porque foi muito recente à época. Mas se entendeu ser importante. E o debate com a sociedade — que eu acho que é um debate muito legítimo — era dizer por que o FAT financiaria um empreendimento fora do Brasil, para criar...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Está criando empregos lá fora.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Perfeitamente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Não está criando emprego interno.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Perfeitamente. É uma pergunta que... E aí a resposta, Sr. Relator, era que o FAT, na medida em que pudesse viabilizar exportações que não ocorreriam, por essa empresa ter a capacidade de, num determinado mercado, também ter uma atuação, isso viabilizaria maior incrementos de exportações de valor agregado. Isso, Sr. Relator, era uma ideia de adensamento, de crescimento da exportação. Eu acho que, como tudo — a dosagem, ou a forma, ou o que apoiar —, eu acho que depende do mérito de cada projeto. E aí eu não poderia responder de uma forma vaga.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Está sendo colocado para mim aqui que o investimento no exterior não usa o FAT Cambial, mas ele usa recursos do Banco e, portanto, recursos de que precisam ser prestadas contas.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Passa-se, pela ordem de inscrição, ao primeiro orador inscrito. Concedo a palavra ao eminente Delegado Edson Moreira, pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Obrigado, Sr. Presidente. Embora o meu amigo Paulão fale que eu sou um penalista (*riso*), eu estou dando uma analisada em certas coisas aqui, Sr. Presidente.

Sr. Eleazar, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio fez um empreendimento no Porto de Mariel, em Cuba. Esse empreendimento teve um financiamento inicial de 692 milhões de dólares – era o previsto pelo BNDES. Mas ao final, o porto custou 957 milhões de dólares. Seiscentos milhões era só o que seria utilizado durante os 4 anos. Eu acho que começou no... Mas 4 anos, não é?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Desculpe, Deputado, eu não gostaria de interromper, mas para que a sua pergunta possa fluir, eu fui Presidente 12 anos atrás.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Então, o senhor não sabe nada sobre o Porto de Mariel? (*Pausa.*) Então, está certo.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - É para que o senhor possa fazer outras perguntas. A essa eu não posso responder.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Porque eu fiz umas... Isso aqui foi emprestado a fundo perdido. O Banco empresta a fundo perdido? (*Pausa.*) Isso aqui está a fundo perdido porque, em 25 anos, parece-me que o Governo de Cuba não vai pagar isso aqui.

Eu estou encucado, Sr. Eleazar. Pode ser que eu esteja enganado — isso pode acontecer —, mas eu cismeiei que o Governo perdoou dívidas do que o BNDES investiu na África, na Argentina principalmente. O senhor estava falando aí agora sobre a Argentina, do incentivo às exportações. Só que, em determinado tempo, a Argentina cortou essas exportações. Eu queria saber qual foi o prejuízo para o BNDES dos incentivos a essas exportações para a Argentina e se o senhor poderia responder qual o benefício que o Brasil vai ter com o Porto de Mariel, em Cuba, com tamanho investimento de tantos milhões de dólares lá. Compensa fazer esse empréstimo?

Era só isso, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Delegado Edson Moreira.

Passo a palavra ao Sr. Eleazar.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Delegado Edson, obrigado pela pergunta. Infelizmente eu não posso lhe responder em relação ao Porto de Mariel, que é um evento que ocorreu muito depois da minha gestão. Então, não me caberia responder. Então, não faço qualquer tipo de julgamento de valor em relação a isso.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Só por conhecimento, pela experiência do senhor, quem sabe o senhor pode dar umas dicas para nós aqui?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Não, eu vou procurar, naquilo que puder, lhe responder, Deputado, com certeza. Eu não gostaria de falar em tese sobre nada nesta CPI, até em função do meu compromisso com a verdade. Agora, o Banco não realiza operações a fundo perdido. Eu acho que esse é um... As operações de crédito do Banco visam ao seu repagamento. Agora, uma instituição que concede crédito tem riscos. Os riscos são cobertos por garantia. Os eventos, os empreendimentos podem ou não ter sucesso. Então, eu não posso lhe dizer se o prazo é adequado ou não, porque as pessoas que fizeram a operação vão poder dizer por que um prazo, por que as estruturas de garantias, por que ela foi feita. Então, nesse ponto, Deputado, eu não posso lhe falar nada. Mas certamente o Banco, em termos da técnica que sempre praticou, terá tido a necessidade de praticar em qualquer empreendimento hoje, como deveria ter feito e como fazia ano passado. Em relação só a essa questão de perdão de dívida que o senhor colocou, perdão de dívida, se é concedido, é concedido por um país e não por uma entidade. Então, eu acho que... Não tenho conhecimento de qualquer tipo de perdão em relação a operações. Quer dizer, quando eram perdões que o Senado concedeu a financiamentos que o País concedeu, isso são financiamentos que o País concedeu e não operações do BNDES. Então, isso não é o caso. Agora, operações comerciais, Deputado, ocorrem. Eu me lembro de uma operação que é até anterior ao meu período, que foi uma operação de exportação para a Argentina, só para dar um exemplo, que foi inicialmente coberta por uma cobertura de seguros de crédito da SBCE. As condições econômicas na Argentina pioraram. A SBCE disse que não



poderia continuar apoiando os futuros embarques para aquele país. E o fato é que o BNDES não pôde continuar o financiamento. Mas aquilo que pôde ser financiado, na medida em que o risco foi coberto pelo exportador, foi financiado e foi pago. Ou seja, o fato de o país ter ou não a capacidade de encontrar cobertura de seguros é o que precisa para que o Banco possa financiá-lo, ou o exportador tem que correr esse risco. Então, eu não acho, em relação à pergunta, que ela seja aplicável ao Banco.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Então, só para eu entender, porque acho que não entendi direito: o Banco empresta e o Governo perdoa. É isso?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Deputado, eu não posso falar em tese. Não me parece uma...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Não, o senhor falou assim: "*O Banco investe e o Governo perdoa*". Então, como a pergunta que o Relator fez, se tem ingerência política no empréstimo do Banco.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Deputado, o Banco...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - É só para eu entender, porque estou, assim, meio atordoado. É porque ele fez uma pergunta e, em cima dessa pergunta, o senhor respondeu. Eu não entendi direito: o Banco empresta e o Governo perdoa?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Deputado, o Banco empresta para projetos. E os projetos têm garantias, eles precisam ser repagos. A instituição demanda repagamento — ponto. Eu separaria qualquer tipo de atividade de governos que financiam país ou que possam comprar títulos de outros países, porque isso não passa pelo BNDES. Então, são assuntos completamente separados. Eu não tenho conhecimento de operações que envolvam a República. Eu posso, sim, falar sobre operações que envolvam o BNDES.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Eleazar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Eu queria perguntar ao Sr. Eleazar se, no seu período de gestão frente ao Banco, houve algum perdão de dívidas.



**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Não houve.

O próximo orador inscrito é o Deputado Adail Carneiro. Informo a V.Exas. que o tempo de 5 minutos pode ser utilizado da forma que mais convier ao Parlamentar: pode ser com perguntas e respostas; pode fazer os questionamentos; pode fazer a sua análise e depois aguardar a resposta do nosso convidado.

Informo ainda que o Sr. Carlos Lessa também já se encontra nas dependências da Casa. E logo após a oitiva com o Sr. Eleazar, nós teremos a oitiva também com o ex-Presidente Carlos Lessa.

Com a palavra o Deputado Adail Carneiro.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Só um minutinho, Sr. Presidente: a ordem de perguntas vai ser a mesma para o Sr. Carlos Lessa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - A mesma ordem.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - De inscrição?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - A mesma ordem de inscrição.

Com a palavra o Deputado Adail Carneiro.

**O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO** - Sr. Presidente Marcos Rotta; Sr. Relator, Deputado José Rocha; Sr. 1º Vice-Presidente, Deputado Miguel Haddad; S.Sa. Eleazar de Carvalho, ex-Presidente do BNDES, eu quero aqui dizer aos senhores que nós brasileiros temos a mais absoluta convicção de que fazemos parte de um país, que somos filhos do Brasil e vemos a necessidade de muito estruturar o nosso País. Então, o BNDES certamente deveria muito contribuir para essa estruturação. E nós vemos que o BNDES fez inúmeros empréstimos para países ao redor do mundo e principalmente na vizinhança do nosso Brasil.

Nós temos aqui alguns empréstimos que foram revelados porque o Ministério Público Federal pediu na Justiça a liberação dessas informações. E em agosto de 2013, a Juíza Adverci Mendes de Abreu, da 22ª Vara Federal de Brasília, considerou que a divulgação dos dados de operações com empresas privadas não viola os princípios que garantem o sigilo fiscal e bancário dos envolvidos.

Quem defende o financiamento de empresas brasileiras no exterior argumenta que a prática não é exclusiva do Brasil: também ocorre na China, na



Espanha ou Estados Unidos, por exemplo. O BNDES alega também que os valores destinados a essa modalidade de financiamento correspondem a cerca de 2% do total de empréstimos e que os valores são destinados a empresas brasileiras, empreiteiras em sua grande maioria, e não a governos estrangeiros.

Eu gostaria de citar aqui alguns empréstimos feitos a países, com seus respectivos valores e os nomes das empreiteiras. Por exemplo, uma obra é o Aqueduto de Chaco, na Argentina, no valor de 180 milhões de dólares, totalmente financiado pelo BNDES, e a empresa responsável é a OAS. Outra obra é o Soterramento da Ferrocarril Sarmiento, no valor de 1 bilhão e 500 milhões, do BNDES, e a empresa responsável é a Odebrecht. Temos também a obra que é a Barragem de Moamba Major, uma obra no valor de 460 milhões de dólares, em que 350 milhões são do BNDES, e a empresa responsável é a Andrade Gutierrez. Temos uma obra que é o Projeto Hacia El Norte, no valor de 199 milhões, e a responsável é a Queiroz Galvão. E por último aqui, diante dos exemplos que quero citar, há uma obra que é a exportação de 127 ônibus para a Colômbia, no valor de 26,8 milhões, e a empresa responsável é a San Marino.

Então, diante de todo esse exposto, eu gostaria de fazer a seguinte explanação e, em seguida, uma pergunta. Segundo informações da imprensa, os financiamentos do BNDES para a construção do Metrô de Caracas, na Venezuela, tiveram o início, em contratação, datado de 13 de dezembro de 2001, antes, portanto, do Governo do ex-Presidente Lula. Naquela ocasião, o Presidente da Venezuela, país contratante, era o Hugo Chaves. O valor inicial dessa contratação foi de 107 milhões, conforme relatório assinado pelo então Presidente do BNDES, em conformidade com a política de incentivo às exportações de serviços brasileiros.

Vai a pergunta: essa informação é procedente? Na sua gestão, tais incentivos de contratos, financiamentos para as exportações de bens e serviços brasileiros foram reduzidos, continuaram ou foram intensificados? Essa é a minha primeira pergunta. E eu gostaria de ouvir a resposta.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Deputado, obrigado pela sua pergunta. Em relação à lista de empreendimentos que o senhor deu, eu vou até pedir ao pessoal do BNDES se tem alguma informação a respeito. Mas eu entendo que são operações feitas depois da minha passagem pelo Banco. E, portanto, eu



não tenho como lhe responder. Em relação a operações com a Venezuela — e aí eu faria um parêntese em relação a... talvez esteja no, no fundo da sua pergunta —, tivemos, sim, operação para financiamento do Metrô de Caracas. Foi uma operação de 2001, no valor de 107 milhões de dólares, com prazo de 12 anos e meio, com o FAT Cambial, que foi a taxa de financiamento. E essa operação cursou dentro do CCR, que é o Convênio de Créditos Recíprocos, e teve garantia à época da SBCE, que é a seguradora de apoio às exportações brasileiras. Essa exportação eu entendo que já foi paga, já foi concluída. Mas com ela, Deputado, eu posso dizer que o financiamento da exportação era uma vertente importante da missão do BNDES à época em que eu presidi a instituição e, aliás, aprovada pelo planejamento estratégico do Banco, em que aproximadamente um quarto dos desembolsos seriam desembolsos para exportação. Então, eu posso lhe dizer que havia, sim, um grande interesse em poder abrir mercados e viabilizar projetos que pudessem ser pagos. Mas esse é um exemplo deles. Dos demais, eu não sei os valores e não sei, não poderia lhe responder, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO** - Eu teria tempo para replicar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. tem 18 segundos.

**O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO** - Vou fazer uma segunda pergunta. O senhor poderia fazer um paralelo entre a política adotada para os financiamentos para exportação de bens e serviços brasileiros notadamente para outros países, destacando os prós e os contras entre a sua gestão no Governo FHC e aquela implementada na gestão do Governo Lula/Dilma? O que efetivamente mudou?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. e passo a palavra ao Sr. Eleazar.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Deputado, respeitosamente, eu não tenho como opinar em relação às operações realizadas nos governos que se sucederam. Entendo que foram operações que foram aprovadas pelos governos, dentro da pauta de prioridades que eles tinham. Em relação às operações que foram aprovadas no Governo de que eu fiz parte, na Presidência do Banco, como eu lhe disse, fazia parte do planejamento da instituição apoiar as exportações. Vamos lembrar que a instituição tinha um orçamento de aproximadamente 30 bilhões. Então, num financiamento de 25%, estamos falando de 6 a 7 bilhões, o que era um



volume expressivo à época, mas muito inferior aos volumes que existem hoje. É uma outra realidade. Então, não acho que seria correto eu fazer comparações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. já concluiu, Deputado Adail Carneiro?

**O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO** - Sinceramente, eu gostaria de procurar entender mais o porquê desses empréstimos a países vizinhos, principalmente, enquanto há Estados brasileiros também com um poder de endividamento bastante saudável. É porque não apresentaram projetos? No caso desse empréstimo feito para a construção do metrô num país vizinho, por que não primeiro arrumarmos a nossa casa, o nosso País?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O Sr. Eleazar quer fazer algum comentário a respeito da última intervenção?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Deputado, eu acho que é uma pergunta extremamente legítima e importante de ser feita. A única coisa que eu comentaria — e por isso eu falo numa realidade que era a realidade à época do planejamento: o planejamento dizia que o Banco sempre poderia apoiar bons projetos. Esse eu acho que é o norte que continua sendo o norte hoje, só que os recursos são escassos. Então, o Banco precisaria utilizar o mercado de capitais para poder alavancar os desembolsos, ou seja, para que o desembolso de uma parcela do Banco pudesse ser complementado pelo desembolso de outras fontes de recursos, privadas ou multilaterais. Na medida em que haja bons projetos, eu acho que o Banco deveria apoiar. Naturalmente, a dimensão do Banco hoje leva a poder financiar um volume de empreendimentos muito superior ao que existia à época. Agora, não há dúvida, Deputado, de que, se não existem projetos que chegam ao Banco, o Banco não cria os projetos, ele responde às demandas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Bom dia, Sr. Presidente; Sr. Relator, Deputado José Rocha; nosso 1º Vice-Presidente; nosso convidado, Dr. Eleazar de Carvalho Filho.

Dr. Eleazar, V.Exa. passou pouquíssimo tempo à frente do Banco, mas V.Exa. tem um currículo, eu diria, invejável, impressionante por onde passou,



inclusive com cargos importantes na iniciativa privada. Portanto, eu o reputo um profissional com larga experiência na compreensão dos fenômenos e, portanto, perfeitamente habilitado para exercer a função que exerceu à frente do BNDES.

Eu pergunto a V.Exa.: depois da sua passagem... E V.Exa. já disse que era orientação do Governo dar uma certa importância à pauta de exportação, de investimentos nessa direção. Eu pergunto o seguinte: com a eleição do Presidente Lula, o que mudou, na sua opinião, em relação a essa orientação da política institucional do Banco? Qual é a sua avaliação sobre isso?

Há uma outra pergunta que eu queria fazer a V.Exa. O senhor já disse aqui, a um Deputado que perguntou a V.Exa., que não havia, não percebeu interferência política nas análises de crédito. Óbvio, seria uma coisa muito flagrante e primária, eu diria. Mas eu pergunto a V.Exa. o seguinte: V.Exa. já viu algum tipo de interferência no sentido de a quem conceder os créditos ou em quanto de valor, a dimensão desses empréstimos? Quais são critérios que têm a ver com essas definições do Banco?

O Banco deve ser demandado infinitamente além da sua capacidade de operar, como em qualquer política pública. É natural. Então, quais são os balizadores para definir a quem emprestar e o montante, a seletividade para esse processo? Nós vimos coisas sazonalmente muito estranhas acontecerem em favor de um grupo que, em minha opinião — e acho que na opinião de muitos —, não tem muito a ver com os interesses e com o foco do desempenho do Banco.

Com relação ainda à questão de superfaturamento em obras, o Banco, pela sua experiência, tem como identificar isso? Existem mecanismos, ferramentas, tecnicidade suficiente para identificar quando, por exemplo, há superfaturamento em obras, principalmente nas grandes obras, nos grandes volumes de empreendimento do Banco?

Por fim, eu queria saber — se V.Exa. puder nos responder: o senhor e outros quatro ex-Presidentes do BNDES foram denunciados pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro em uma ação questionando empréstimos para a privatização da ELETROPAULO. V.Exa. poderia nos explicar o que houve nesse caso e qual foi o desfecho dessa ação? No que isso prosperou? E se prosperou, qual foi o desfecho desse caso?



Eram essas as perguntas que eu queria fazer a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Arnaldo Jordy.

Passo a palavra ao Sr. Eleazar de Carvalho.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Muito obrigado pela pergunta. Eu só me permitiria uma retificação à informação que eu prestei ao Deputado Adail; o Metrô de Caracas teve a garantia do SBCE, e não do CCR. Então, foi pago já, a operação já cursou. Mas, enfim, essa retificação é importante ser feita.

Deputado, primeiro, em relação ao que mudou na política de exportação, eu não posso lhe dizer, eu não faço parte deste Governo. Mas eu entendo que as prioridades que são feitas têm sido demandadas ao Banco, e o Banco atende a essas demandas. Então, eu infelizmente não poderia lhe responder quanto a isso.

Em relação à política de quem concedeu, o senhor colocou muito bem que, naturalmente, o Comitê de Crédito, etc., não tem qualquer influência. Mas eu falei no sentido mais amplo, eu não vi influência política no Banco como um todo. E aí eu acho que foi excelente a sua pergunta, quando o senhor coloca em relação ao tamanho, à capacidade — acho que me permite até qualificar melhor o que foi dito anteriormente. O que define, primeiro, um projeto é a sua capacidade de pagamento, ou seja, são os usos e fontes. Então, um determinado projeto que tenha um porte, um investimento físico, um investimento em bens de capital, em equipamentos, o que seja, para ser constituído, em que não permita se vislumbrar um retorno, não vai permitir vislumbrar capacidade de pagamento e não vai poder ser apoiado. Então, eu falei: à nossa época, há sempre um desejo de que o empreendedor, o empresário tenha outras fontes de financiamento que complementem, para que ele não dependa somente de uma fonte única de longo prazo, que tem sido, em grande parte, o BNDES. Mas, certamente, é o tamanho do projeto que define a sua capacidade. Então, um investimento que não possa ter retorno, mesmo que o retorno seja privado, o empreendimento não vai conseguir retornar o empréstimo ao Banco e, por isso, não lhe seria concedido nada além disso. Em relação à questão de superfaturamento, o Banco é uma instituição técnica, ele tem experiência de projetos análogos. Ele, na verdade, depende daquilo que é um orçamento, que é dado pelo empreendedor, pela empresa, e ele faz um



acompanhamento para os desembolsos, porque há um acompanhamento físico-financeiro do andamento da obra. Isso diz respeito ao que foi gasto, em que foi gasto e como foi feito. Então, há formas de acompanhamento sim. Agora, a principal responsabilidade de quem toma o risco, de quem, no final, tem que repagar à instituição, é daquele que tomou o crédito. É ele que contrata com os fornecedores, com quem quer que seja, e é ele que precisa também se assegurar, ou essa entidade, essa empresa precisa se assegurar quanto a isso. Então, nesse ponto, sim, há mecanismos, mas é o empreendedor, o empresário que tem a maior dose de responsabilidade em ter certeza de que seja feito. Em relação à questão da AES — e é uma pergunta que eu faço questão de responder —, essa operação começa num programa chamado Programa de Apoio às Privatizações Estaduais — PEPE, em que o Banco financiou, em 1998, a privatização da então ELETROPAULO. No que me cabe, Deputado, eu posso falar de um ato de gestão, que foi um ato de gestão que disse respeito ao chamado descruzamento entre Light e ELETROPAULO. Os demais atos e assim, portanto, os demais diretores acompanharam a vida de uma operação, que eu entendo inclusive ter sido paga. Então, essencialmente, Deputado, o que nós, à época, fizemos, em 2001, foi anuir ao descruzamento onde as garantias não mudaram: a operação era adimplente; e a EDF, que é uma estatal francesa, se dispunha a colocar 1 bilhão de dólares na conversão de créditos em novos recursos na Light, o que era muito importante para a segunda maior concessionária do País, que poderia ter problemas financeiros sérios se não fosse a catalização. E com esse descruzamento, a AES controlaria a ELETROPAULO e continuaria com o mesmo crédito que tinha com o BNDES, e a Light passaria a ser controlada pela EDF. Então, o ato de gestão pelo qual eu sou responsável e defendo ou defendi em juízo — isso é público — foi o ato de anuir ao descruzamento, ou seja, permitir que houvesse uma separação entre os dois controladores dessas distribuidoras. Foi exatamente isso. Mas eu estou à disposição para outras perguntas, se os senhores quiserem.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, eu só quero concluir, porque ainda tenho um fragmento de tempo.

Dr. Eleazar, o senhor, pelo que eu entendi, diz o seguinte: ainda que não seja a missão principal do Banco — isso repousa aos empresários que estão envolvidos



na operação — o Banco tem como identificar. Existem ferramentas, por situações análogas, pela *expertise* que o Banco tem, para identificar essa questão do superfaturamento. Correto?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Sim. Em tese, sim. Mas, de novo, nós estamos generalizando e talvez haja casos específicos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Eu pergunto isso porque nós já temos, no caso de uma obra grande como foi o caso de Belo Monte, a maior obra do PAC, delação de alguns empresários, como o Sr. Dalton Avancini, dizendo que teve que superfaturar a obra para poder pagar propina. Isso é de conhecimento público, está nos jornais, etc. e tal. O senhor acredita, portanto... E nós tivemos aqui depoimentos de dirigentes do Banco dizendo que, depois disso, foram feitas inspeções na obra e nada foi identificado. É claro, em tese, o senhor, pela sua *expertise* — o senhor não tem nada a ver com o caso concreto —, acha que é possível o Banco passar batido nisso, não ter percepção desse tipo de situação?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Deputado, respeitosamente, eu acompanho esse assunto na imprensa como qualquer cidadão acompanha. Então, eu não gostaria de me colocar, em tese, em relação a atos e acompanhamentos que são feitos pela instituição, por seus dirigentes no momento atual. Então, eu não posso lhe responder. Eu diria que a instituição deve ter a mesma técnica hoje que tinha, e, portanto, acompanhamento de projetos é uma missão que a instituição tem. Mas eu não gostaria de comentar, porque eu não tenho conhecimento do financiamento da Belo Monte.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Mas, pelas ferramentas que havia na sua época, havia condições de identificar situações dessa natureza, em tese?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Em tese, não me cabe responder, com todo o respeito, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - O.k.

O próximo Deputado inscrito é o Deputado João Gualberto.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, esta CPI foi criada para investigar supostas irregularidades envolvendo o BNDES no período de 2003 a 2015.



Causou-me estranheza o fato de alguns Deputados do PT terem pedido essa convocação, esse convite a uma pessoa que foi Presidente por apenas 8 dias úteis, em 2003. Vejam, uma pessoa que foi Presidente somente por 8 dias úteis, em 2003, foi convidada.

Eu quero que a população e a imprensa, aqui presente, vejam a diferença: uma pessoa que foi Presidente por 8 dias, o PT e o meu amigo aqui do PCdoB acham que deve ser convidada; mas os diretores da Friboi, da JBS, eles acham que não devem ser convidados. Vejam essa diferença: eles acham que não devem ser convidados os diretores da Friboi, que eles não têm nada para falar nesta CPI, porém, uma pessoa que foi Presidente por 8 dias...

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Ele me citou, então tenho que responder. Quero dizer que nós vamos convocá-lo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Se forem repor meu tempo, tudo bem. Não há problema.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Nós vamos convocá-lo, mas vamos convocar primeiro os dirigentes das empresas que faliram. Não tenho medo de fazer fiscalização, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - Deputado Davidson, por favor!

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Aliás, não tenho de jeito nenhum! Não tenho medo desta CPI de agora, nem da privatária, nem de nada!

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Calma, Deputado! Eu só falei que o senhor foi contra convocar a Friboi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - Eu queria só devolver a palavra...

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Naquele momento!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - Deputado Davidson Magalhães, por favor.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Eu só falei isso. A palavra está comigo. Se eu falei alguma inverdade, o senhor corrige depois.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Não! Estou repondo a verdade!



**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - O senhor foi contra convocar os diretores da Friboi.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Naquele momento! Estou repondo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Mas é a favor de convocar alguém que foi Presidente por 8 dias. O argumento que se...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, esta aqui é uma sessão de perguntas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - O argumento... Não! Eu falo o que quiser!

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - V.Exa. só arruma confusão aqui.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - O plano...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Eu só queria, por favor, que respeitassem o Deputado inscrito, para que possa fazer as suas indagações e as suas perguntas. Oportunamente, todos poderão fazer as suas exposições.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Pois é, foi falado naquele momento que o Sr. Eleazar tinha assinado vários contratos de empréstimos. Porém, o Relator e todos os Deputados até agora só fizeram perguntas referentes aos anos de 2001, 2002, 2007, 2010 — o Deputado Edson, por exemplo, perguntou sobre o Porto de Mariel —, que não fazem parte dos 8 dias úteis durante os quais o Sr. Eleazar foi Presidente do BNDES.

Então, eu não posso deixar de fazer uma pergunta, Sr. Eleazar. Eu gostaria de saber quais foram os contratos, liberações, que ocorreram nesses 8 dias de janeiro de 2003, quando o senhor foi Presidente do BNDES.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Deputado, nós tivemos uma reunião de diretoria. Muito obrigado pela pergunta. Houve dois assuntos em pauta. O primeiro deles foi o cancelamento de uma operação que existia de consultoria da Booz Allen, que é uma empresa de consultoria que havia sido contratada pelo BNDES a pedido do COMIF, que é o comitê de gestão de instituições financeiras — se não me engano, esse é o termo. Esse processo aconteceu alguns anos antes. A consultoria fez parte do serviço. Houve um mandado de segurança que parou o projeto. Nós, então, entendemos que não havia mais o objeto da operação, e ela foi,



portanto, cancelada. Então, o contrato foi cancelado, e parou-se onde tinha sido feito o serviço. O segundo era o PINAT, que é um programa de apoio aos Municípios, de aumento na arrecadação tributária. No Município chamado Turmalina, em São Paulo, essa operação foi aprovada, mas eu entendo que ela foi cancelada por falta de interesse do Município — isso, logo depois, em 2003. Então, foram esses dois temas apenas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Parece-me que houve um empréstimo, uma liberação de 10 milhões de dólares para Cuba, de uma compra de ônibus, coisa desse tipo. Houve coisa parecida com isso?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Deputado, pode ter havido assinatura de um contrato de uma operação que foi feita no ano anterior com o Presidente. No momento... Deixe-me até confirmar. *(Pausa.)* Sim! eu...

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Eu gostaria que o senhor me respondesse somente sobre o período durante o qual o senhor foi Presidente, em 2003.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Não, claro, claro! Não, perfeito. Eu assinei, sim, um contrato de uma operação, que foi aprovada em 2002, de uma exportação da Mercedes Benz, no valor de 10 milhões de dólares. Eu vou dar o número exatamente: 10 milhões, 662 mil dólares; e carrocerias da Busscar, que é um exportador... era um fabricante de carrocerias na época. Eram 297 *chassis*, 477 carrocerias. Foi uma operação aprovada pelo EXIM, com garantia de 90% do SBCE, um agente no exterior, que era o HSBC. É uma operação que eu entendo já ter sido liquidada.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Foi uma diferença de 10 milhões de ônibus e carrocerias fabricadas no Brasil, empregando brasileiros para produzir, diferente de mais 700 milhões, como falou o Edson, do Porto de Mariel para Cuba. Em 25 anos, parece, esse último para pagar, esse último...O ônus, o senhor sabe qual o prazo desse empréstimo de 10 milhões e seiscentos e alguma coisa? Chegou aos 25 anos?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Deve ter sido 10 anos, Deputado. Mas eu vou...enquanto o senhor pergunta eu vou olhar.



**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Eu estou satisfeito. Eu gostaria agora de ouvir as perguntas do PT para esses 8 dias que o senhor foi Presidente, do amigo do PCdoB aqui.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Eu já lhe respondo, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Fiquem aí para aguardar.  
(Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado João Gualberto, V.Exa. está satisfeito com os questionamentos?

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Satisfeito, satisfeito!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Sr. Eleazar...

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Sim, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - O senhor tem algum comentário a fazer a respeito da...

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Não, eu só vou permitir... Eu pedi que passasse o prazo, porque eu não tenho aqui em mãos, mas eu vou complementar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - O.k. Fica a pendência de uma resposta, mas ele vai, assim que possível, responder a V.Exa.

Próximo orador inscrito, Deputado Betinho Gomes.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Sr. Presidente, primeiro quero saudar o nosso convidado neste momento, Dr. Eleazar Carvalho, e cumprimentar os colegas. Cumprimento pelo esforço que o Dr. Eleazar está fazendo para dar as respostas do período da sua gestão, como foi aqui citado pelo colega João Gualberto. Foi um período curto, mas evidentemente a gente percebe claramente a disposição do Dr. Eleazar de dar as respostas que possam ajudar nesse trabalho de apuração e de investigação que a CPI está promovendo. Naturalmente isso é importante, nós esperamos que todos tenham essa mesma disposição.

Como V.Sa. passou um período curtíssimo à frente do banco, evidentemente algumas questões que já foram respondidas podem nos satisfazer, mas eu gostaria de aproveitar a sua presença aqui, Dr. Eleazar, para fazer uma pergunta muito mais de ordem conceitual que pode também nos dar aqui parâmetros, nos dar a condição



de fazer uma avaliação crítica, seja positiva ou negativa, sobre a política que o BNDES adotou nesse período de 2003 a 2015.

Uma das grandes críticas que se faz ao banco é em relação a uma política adotada, sobretudo na gestão do ex-Presidente Guido Mantega, que elaborou, formulou, com apoio e orientação, no meu entendimento, do Governo, de se estabelecer a política dos chamados campeões nacionais, uma política que concentrou muitos recursos de empréstimos subsidiados a grandes empresas.

Essa política passou um determinado período, recursos foram disponibilizados, mas hoje o banco abandona essa ideia. E há inclusive informações que algumas dessas iniciativas de financiamento acabaram gerando prejuízo ao banco, algumas empresas como o Frigorífico Independência, por exemplo, que entrou em recuperação judicial.

Minha consideração e meu pedido para V.Sa. é que, como economista, como alguém de mercado, que o senhor pudesse fazer uma análise e dar uma opinião sobre essa opção do banco de trabalhar com esse tipo de iniciativa, esse tipo de diretriz, em detrimento, muitas vezes, de financiamentos outros para grupos menores ou pequenos nichos de mercado que merecem apoio e aporte do banco.

Então o que eu queria, na verdade, é uma opinião conceitual sobre essa ideia do banco, e se possível também que V.Sa. pudesse fazer uma rápida análise sobre o último balanço que o banco apresentou, que apontou um prejuízo de 35% do lucro do banco. Isso foi divulgado recentemente em um balanço que o banco apresentou no semestre anterior.

Então, com essas duas questões, eu gostaria que V.Sa. pudesse aqui nos ajudar a refletir sobre as opções que o banco fez nesse período, sobretudo em relação à política de campeão nacional e também à resultante desse prejuízo que o banco teve nesse último semestre.

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Betinho Gomes.

Passo a palavra ao ex-Presidente do BNDES, Sr. Eleazar de Carvalho.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Deputado, muito obrigado pela pergunta. Eu acho que é uma pergunta que, no conceitual que o senhor pede, fazer



um julgamento em relação a escolhas de Governo, eu tenho uma dificuldade em fazer, porque, são opções que o Governo teve...

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Não! Não lhe peço um julgamento, apenas uma opinião, meio como especialista, se for possível.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Eu só poderia lhe falar o seguinte, me preparando para esta CPI, eu fiz, sim, apenas comparações no sentido de poder defender a minha gestão e não no sentido de defender ou não gestões futuras. O que eu posso dizer, isso é patente, há uma mudança no tamanho do banco. Então, isso é algo que, hoje, uma instituição, só para dar uma ideia da dimensão, uma instituição de 200 bilhões de reais de ativos circulantes, 40 bilhões — melhor eu pegar, desculpem-me, vou pegar pelo total do ativo — ...900 bilhões de reais, faço essa correção, arredondando, contra 120 bilhões. Então, ela mudou de escala, tem outro tamanho. Eu acho que o que pode caber olhar é a destinação da aplicação dos recursos do banco, isso sim, e quais são as fontes que ela tem hoje. Então, hoje ela tem fontes que não eram disponíveis à época. Esse é um fato, uma realidade. Para lhe dar uma ideia, Deputado, hoje, as captações do FAT, que é uma fonte tradicional de recursos do BNDES, Tesouro Nacional, outros fundos especiais, são 760 bilhões de reais contra 80 bilhões, à época. Então, esses recursos permitem desenvolver programas e políticas que realmente não me cabe aqui comentar ou julgar, seja opção, ou chamado opção — porque eu não sei se ela fez parte ou faz parte de políticas do banco de campeão nacional, não está aqui nada que eu possa ver. Em relação à rentabilidade, eu não vi. Eu estava procurando aqui enquanto falava, Deputado, mas eu olhei o balanço, não estava olhando lucros e perdas do banco no primeiro semestre de 2015, mas é uma instituição rentável, porque ela tem recursos das diversas fontes e ela pratica taxas a *spreads* superiores ao seu custo de recursos, senão ela não seria viável. Então, eu não vi — e aí eu confesso que é uma falha minha de não ter olhado — o resultado do primeiro semestre do BNDES de 2015.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Presidente, eu tenho mais 1 minuto e meio. Eu só queria concluir com outra pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. tem a palavra.



**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Evidentemente que seria interessante se V.Sa. pudesse dar uma opinião mais aprofundada, mas eu entendo a sua posição em relação às questões que eu levantei.

Mas eu aproveitaria para também lhe questionar, evidentemente considerando sempre o período curto da sua gestão, mas se V.Sa. pudesse nos informar qual o perfil do Conselho de Administração do banco na época da sua Presidência, porque eu acho que isso pode nos ajudar, aqui, a ter também informações que sirvam de comparação e elementos para o nosso trabalho.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Muito obrigado pela pergunta. Presidente, era um perfil — eu tenho a lista dos conselheiros. Enquanto isso, eu posso ir respondendo, talvez os colegas tenham aqui comigo — ...mas era um perfil que tinha tanto representantes de Governo, que são Ministros, como também — aqui, desculpem-me, vou poder lhe responder exatamente — o Presidente Sergio Silva do Amaral, que era Ministro de Estado; o Vice-Presidente, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, que era da FIRJAN, entendo à época; o Gilmar Carneiro dos Santos, que eu entendo ser um sindicalista — que, aliás, foi alguém que nos ajudou junto ao CODEFAT, quando aprovamos um FAT cambial —; José Guilherme Almeida dos Reis, que foi Ministro — eu não sei de que entidade o Gilmar era, vamos lhe responder em 1 segundo — ... O José Guilherme Almeida dos Reis foi Ministro de Planejamento, mas era um funcionário do banco; o Simão Cirineu; o João Pedro de Moura; e o Tancredo Augusto Tolentino. Então, esses eram os membros do Conselho de Administração. O Conselho Fiscal tinha o Eduardo Guardia, que era Secretário do Tesouro Nacional; o Benjamin Sicsú, que era...

**(Não identificado)** - João Pedro Moura também era sindicalista?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - João Pedro Moura era sindicalista, mas eu não tenho a filiação — o João Pedro Moura, você poderia dar uma olhada para mim? —; e a Fátima Bayama de Oliveira. Então, essencialmente o conselho é um conselho que representa o Governo, que ele dá diretrizes do Governo, e havia sempre uma representação de entidades, já que uma parte do financiamento...



**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Sim, Sr. Eleazar, aí está claro que havia membros de representação do Governo, de uma entidade do setor produtivo e também sindical, correto?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Perfeito, dois sindicalistas.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Betinho Gomes.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Paulão.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Sr. Presidente, quero primeiro cumprimentar todos os presentes; também cumprimentar o Sr. Eleazar, ex-Presidente do BNDES.

Antes de entrar em outras perguntas, ex-Presidente do BNDES, Sr. Eleazar, qual o período que V.Sa. exerceu a Presidência do BNDES?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - No início de janeiro de 2002 até a transmissão de cargo, a nomeação da nova diretoria, que foi no início de janeiro de 2003.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - O.k. Obrigado!

Sr. Presidente, eu fiz questão de fazer essa pergunta, porque o colega que me antecedeu, Deputado João Gualberto, tentou aqui trabalhar um processo que o ex-Presidente Eleazar só tinha assumido 8 dias. É verdade, 8 dias, no atual Governo, na gestão do Presidente Lula. Na realidade, ele exerceu mais de 1 ano. Portanto, é importante aqui reforçarmos para não criar factoides em relação ao debate.

Primeira pergunta: Sr. Eleazar, antes de assumir a Presidência do BNDES, em que bancos o senhor trabalhou?

Segunda pergunta: depois de sua saída do BNDES, em que bancos o senhor trabalhou ou atualmente trabalha?

Terceira pergunta: o senhor participou de algum conselho de alguma empresa antes de assumir o BNDES?

Quarta pergunta: depois de sua saída do BNDES, o senhor participou ou participa de algum conselho de alguma empresa que tem relação com o BNDES?



Quinta pergunta: o senhor responde — essa pergunta já foi inclusive levantada pelo Deputado Arnaldo Jordy — por alguma ação judicial? Qual o motivo da ação judicial?

Por último, Sr. Presidente: depois de sua saída do BNDES, o senhor ainda mantém contato ou manteve alguma relação da direção do banco após a sua saída, principalmente se sendo integrante de algum conselho de administração de alguma empresa que tem relação com o banco?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra ao Sr. Eleazar para que possa responder aos questionamentos feitos pelo eminente Deputado Paulão.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Obrigado, Deputado. Vou procurar responder bem rapidamente. Primeiro eu trabalhei em algumas instituições financeiras antes. O início da minha carreira foi na CREFISUL, Citibank à época. Depois fui presidente do UBS. Depois de sair do BNDES, eu fui presidente do Banco de Investimentos do UNIBANCO. Então, antes, CREFISUL, Garantia, não sei se citei, UBS, depois, UNIBANCO. Em relação a conselhos, eu vou só qualificar um pouco a sua pergunta, porque eu poderia responder aqui se antes da presidência do BNDES eu atuava em conselho. Sim, mas ligado ao fato de que fui diretor da BNDESPAR; então, atuei em Conselho de Administração a partir de 2000, quando fui conselheiro da Vale, da ELETROBRAS e da Telemar, por conta das participações que a BNDESPAR tinha nessas companhias. Então, anteriormente à Presidência, sim, mas anteriormente ao BNDES como um todo, não. Então, só para deixar bem qualificado isso. Em relação a depois do meu período, se eu mantenho... se eu tenho conselhos depois, sim. Sou conselheiro de várias companhias, uma delas é sediada no Brasil, que é o grupo Pão de Açúcar, as outras são do exterior. Se essas empresas têm relação, o Pão de Açúcar eu entendo que já tinha uma relação pequena com o BNDES, mas nunca...

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Mas, por favor, quais são as empresas do exterior em que o senhor atua?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - São três empresas no exterior, Deputado. Uma se chama FMC Technologies, que é uma companhia americana; uma outra é Brookfield Renewable, que é uma empresa de energia renovável



canadense; e uma terceira, que é uma empresa de comércio eletrônico que tem atividades também no Brasil, mas ela é sediada no exterior, chamada Cnova.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Nenhuma tem relação com o BNDES?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Eu acredito que não, Deputado. Eu acho que precisaria verificar, porque, como conselheiro não se... e aí viria a sua última pergunta, se teria algum contato com o banco em função dessa posição de conselho. Não, as operações que empresas possam ter são praticadas por suas diretorias e eu não tenho conhecimento de nenhuma operação que tenha ido para o conselho que tenha envolvido o BNDES. Então, nesse ponto, não. Em relação a ações na justiça, tenho, em função do meu período como administrador do banco, ação em relação à AS, isso é de conhecimento público.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Presidente, para finalizar, o senhor falou em relação ao período que o senhor foi do conselho do BNDESPAR, inclusive o senhor teve relação anterior, participando do Conselho da Oi. É claro que o senhor não é obrigado a responder a essa pergunta que foge do período do objeto da CPI, mas existe uma polêmica muito grande em relação ao processo da Oi, que foi o processo de privatização das teles, principalmente de uma das polêmicas, que foi a Oi. Era nesse período que o senhor fazia parte da BNDESPAR?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Deputado, eu ingressei na BNDESPAR ou BNDES e, com a minha posição de Diretor do banco, eu fui também Diretor Superintendente da BNDESPAR. Eu posso ver a data exata, mas, se eu não me engano, foi abril de 2000. Então, a privatização, como é do conhecimento de todos, foi anterior a esse período. Em função da participação que a BNDESPAR tinha na Oi — na época, chamada Telemar —, ingressei no conselho. Então, ela não é coincidente com o período anterior, que foi o período da privatização em si.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Paulão.

Concedo a palavra ao Primeiro Vice-Presidente, Deputado Miguel Haddad.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero cumprimentar o nosso convidado, Eleazar de Carvalho Filho, e primeiro trazer aqui um esclarecimento.



Na verdade, embora o nosso convidado tenha assumido a Presidência do BNDES por vários anos, o escopo da CPI é de 2003 a 2015, razão pela qual, quando se fala em 8 dias úteis, ou 15 dias, ou 30 dias, nós estamos falando dentro do escopo da CPI, que é o objetivo. Gentilmente o nosso convidado responde às indagações que fogem um pouco do escopo da proposta inicial.

Mas eu queria me referir algumas questões. A primeira é em relação ao processo de transição: como foi o processo de transição em relação ao novo Governo? Quando iniciou o processo de transição? A exemplo do que ocorreu em vários órgãos públicos, houve uma equipe técnica específica indicada pelo Governo eleito do PT para atuar no processo de transição depois de concluídas as eleições presidenciais de 2002? Em caso afirmativo, V.Sa. poderia afirmar o nome do coordenador e dos membros dessa equipe de transição indicada pelo PT?

Outro aspecto, que já foi abordado um pouco pelo Deputado Arnaldo Jordy, é em relação aos contratos do BNDES: naturalmente o BNDES aprova as linhas de crédito e financiamento, a capacidade de endividamento das empresas. Ela faz todas essas análises e analisa também o projeto. Quando o projeto fica sob suspeição, quais as medidas que cabem ao BNDES: suspender o contrato, caminhar com o contrato como se o tema não fosse de sua competência, enfim, quais são as medidas que caberiam ao banco? Eu gostaria até de começar por essa indagação, Dr. Eleazar, e depois, sim, abordarmos a transição.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Muito obrigado pela pergunta, Deputado. Eu entendo que a sua pergunta até já foi formulada a outros dirigentes que estiveram aqui e, então, eu não gostaria de repetir o que disseram, porque, se há algum pronunciamento da AGU em relação a isso é um pronunciamento atual e, na verdade, eu não tenho razão de ter conhecimento do seu funcionamento. Mas eu acho que na medida... eu estou falando de operações que eu possa... eu não me lembro de nenhum caso específico, mas alguma coisa que possa de alguma forma levar o banco a tomar conhecimento de alguma informação, certamente o banco interage com os órgãos de controle ou interage porque é questionado por eles e é questionado diuturnamente — TCU e outras entidades. Assim como também a própria empresa para entender a situação se tem algum óbice, algum impedimento. Porque, vamos lembrar que o banco, ao financiar projetos de longo prazo,



normalmente tem um cronograma de desembolso que se dá num tempo. Então, o projeto, se ele já foi aprovado, tem condições de desembolso e essas condições, se elas são cumpridas pela entidade, acabam ocorrendo. Então, o banco não freia, a não ser que seja proibido de fazê-lo. Então, eu não sei se eu posso lhe responder sobre algo que seja específico. Eu entendo que, na medida em que aquilo que é necessário, que está nas condições do financiamento para desembolso está sendo atendido, o banco atende. E se tem alguma razão, alguma informação ou algo que mostre que a continuidade nos aportes seria algo delicado, certamente o banco teria razão de fazê-lo também. Ou seja, a entidade conta com o recurso do banco para a sua programação financeira. Ela sabe o que tem que ser feito para fazer jus a essas colaborações ao longo do tempo. Então, eu não sei se eu respondi à sua pergunta, Deputado, porque eu entendo, enfim, uma questão talvez do momento, mas não me cabe julgar se... certamente eu tenho toda a crença de que o banco estará fazendo aquilo que pode fazer dentro do limite da lei.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Quanto a transição?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Perfeito. Eu vou pedir aos meus colegas só para resgatar os nomes da equipe de transição, porque eu realmente não tenho o conhecimento de todos eles, mas eu acho que até por ter se passado tanto tempo assim, e como resgate de um pouco da memória do que foi esse período, que foi muito rico. Eu lembro que o Ministro Pedro Parente convocou todas as entidades aqui em Brasília, num auditório, e se discutiu qual seria o processo de prestação de informações para um novo Governo. Isso antes da eleição e, portanto, antes de saber como se daria esse processo. O BNDES fez parte disso, designou-se uma equipe dentro da chefia de gabinete para controlar todas as informações que fossem prestadas, ou seja, nós tínhamos a obrigação de estar dando à equipe nova todas as informações necessárias para poderem assumir um cargo em janeiro. Acho que não existia precedente para isso no Brasil e eu acho que foi um modelo muito rico, que nos orgulhou bastante. Isso antes de uma diretoria nova ser nomeada, até porque ela seria nomeada só após a posse do Presidente da República. Tivemos bastante interação com essa equipe. Aquilo que era sigilo bancário não podia ser revelado, aquilo que dizia respeito aos programas e à atuação do banco, sim, era discutido. Lembro que o Sérgio Rosa, que veio a ser Presidente da PREVI,



participou de algumas dessas reuniões e lembro-me de ter tido também uma reunião com a equipe de transição, já com o Governo eleito, para falar de questões que eram importantes, que nós achávamos importantes para que uma nova equipe tomasse pé. E quando da, sim, nomeação da nova diretoria, a nova diretoria recebeu uma pasta de informações sobre todos os projetos importantes que o banco tinha, inclusive com nome, com resumo, com ramal, ou seja, tudo aquilo que seria necessário para alguém que assumisse poder no dia seguinte saber qual era o andamento. Tivemos uma reunião entre as duas diretorias, a diretoria que saía e a que entrava, e falamos daquilo que julgamos que era importante ser de conhecimento deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Satisfeito o Deputado Miguel Haddad.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Edio Lopes.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Eleazar, primeiro quero dizer ao Dr. Eleazar da extraordinária contribuição que o senhor está prestando a esta Comissão nesta manhã. A motivação que levou à convocação de V.Sa. pode até ter alguns aspectos diferentes, mas creia-me que a maioria optou por essa decisão em razão do largo conhecimento que o senhor tem não só do BNDES, mas de estruturas públicas e privadas, antes e depois do período FHC. Certamente, este conhecimento será de grande valia para nós. Pelo menos esse foi o móvel que me levou a votar pela sua convocação.

Aqui tem se debatido muito, Dr. Eleazar, a questão do sigilo que o banco tem que preservar com relação às empresas que buscam ou que conseguiram financiamentos da instituição BNDES. Eu gostaria que V.Sa. fizesse uma breve explanação dos limites dessa situação, porque aqui já houve até requerimento aprovado para que se enviasse a esta Comissão o dossiê — pelo menos é este o nome que se utilizou aqui no momento — de análise de crédito da EMBRAER, de outras empresas, ou praticamente de todas as empresas que contrataram empréstimos junto ao banco.

Eu faço uma segunda indagação no sentido de que sabemos que o empréstimo que o banco faz a um projeto no exterior é pago aqui, e pago em real. Entendo que o resgate desse empréstimo entra no País em dólar. Se isso for



verdadeiro, eu pergunto ao senhor se em momentos de alta de dólar, como é o presente momento, isso seria motivação de lucro para o País e para a própria instituição BNDES.

Outra questão que sempre está na pauta é a questão dos superfaturamentos de obras, sobretudo daquelas relacionadas com a Operação Lava-Jato. Eu pergunto ao senhor se é atribuição inarredável do BNDES examinar com lupa processos licitatórios, projetos, planilhas de custos, a tal ponto que teria a obrigação de identificar um superfaturamento da ordem de 1%, 2% ou 3%.

Outra questão de que muito se fala aqui é que o BNDES tem deixado de financiar projetos internos para financiar projetos no exterior. Nós sabemos que, hoje, o percentual que o BNDES contratou no exterior não ultrapassa 2%, talvez 3%, e aqui houve um diretor do banco que informou que no seu período, ou no período FHC, esse percentual chegava até 9%.

Queria também que o senhor, se possível, nós sabemos que muitas das interrogações que estamos fazendo e que os demais companheiros fizeram ultrapassam o limite constitucional de período de trabalho desta CPI, mas V.Sa. tem sinalizado aqui que quer contribuir. Entendemos até o cuidado diplomático e profissional que o senhor está tendo em não se ater a questões fáticas da atual gestão, e isso é compreensível.

Todavia, eu gostaria de saber, aqui já ficou claro e o senhor já confirmou, que no período anterior se efetivaram contratos com a Venezuela. Eu gostaria de saber se, naquele período, também ocorreu financiamento a outros e com quais países o BNDES teria contratado empréstimos para fazer frente a projetos de exportação de bens e serviços.

Essas são as minhas perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Edio Lopes.

Passo a palavra ao Sr. Eleazar de Carvalho Filho.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Só para retificar uma informação: eu ingressei no banco — acho que foi o Deputado Paulão que fez a pergunta — em 25 de abril de 2000, como Diretor. Então, foi a partir dessa data, sim, que eu participei de conselho de administração, mas é a partir dessa data que eu fui



nomeado como Diretor do banco e, portanto, Diretor Superintendente da BNDESPAR pela área que eu ocupava. Em relação à pergunta, Deputado, de sigilo, eu acho que já foi falado aqui: todas as operações, como é do conhecimento dos senhores, desde 2002 estão disponíveis no *site* do banco. Essa CPI tem, eu entendo, a prerrogativa de requisitar qualquer informação que julgue necessária. Aqueles financiamentos, sim, tratam-se de recursos públicos, e eles devem ser públicos, e ali tem o tomador, tem taxa, tem, enfim, as informações mais importantes que sejam. As propostas de crédito ou as informações padronizadas são informações que têm, sim, elementos que possam ser sigilosos. Eu entendo que a CPI e o banco saberão tratar essas informações na medida em que elas falem, sim, de questões estratégicas da empresa, concorrência, mercado que atue. Ou seja, por trás daquela proposta de crédito que foi aprovada pela Diretoria, por parte daquele financiamento, tem certamente um trabalho muito rico. E é aí que haverá que se discutir, mas não me cabe aqui comentar, mas eu acho que é uma contribuição que eu posso dar nesse sentido à CPI, se os senhores julgarem interessante, quer dizer, ali existem informações que dizem respeito à empresa, e muitas empresas são de capital aberto, as informações são públicas, precisam ser informações através de fatos relevantes ou comunicadas ao mercado, se tem informações sobre novos empreendimentos, sobre projetos que estão em curso, sobre concorrência etc...

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - É o banco identificar o que é e o que não é informação dentro desse contexto?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - É, eu acho que cabe ao banco alertar, é a minha leitura, Deputados, que cabe ao banco, sim. A questão do cadastro propriamente dita, quer dizer, existem elementos de cadastro que são públicos. Aquilo que o banco requer em termos de qual é a situação fiscal, adimplência, processos, ou seja, o CND, que é a questão de qual é a situação dela perante, enfim, tributos e assim por diante, isso é público, isso não é nada que não seja de conhecimento de todos.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - A capacidade de endividamento também?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Capacidade de endividamento também. Tem informações que são públicas, são publicadas por agências de *rating* ou analistas de mercado, quer dizer, muitas coisas existem e estão disponíveis na



Internet para a maior parte das empresas. Isso é calculado por terceiros. Agora, qual é a avaliação que o banco dá, a nota que ele dá, qual é o julgamento que ele tem em relação à empresa, isso é particular. É a forma que ele forma o preço. Quando se fala, por exemplo, de um repasse, eu acredito que metade do financiamento do banco seja através da rede de agentes, os bancos que são repassadores fazem sua própria avaliação. O crédito que o banco tem é com o agente financeiro. O agente tem a sua avaliação de risco. Ele percebe qual é o *spread* que deva cobrar. Então, acho que é só um ponto que eu entendo que possa ser sensível, mas, tendo ouvido algumas oitivas, eu tenho certeza de que essa CPI vai dialogar com a instituição e saber quais são as informações que deveriam ser protegidas. Em relação à questão do “pago em real”, não sei se entendi sua pergunta, mas depende da moeda e do financiamento. Se é uma moeda com financiamento em FAT, que permitiu uma exportação, aquele valor é um valor em reais, a exportação ocorreu, sim, em dólares ou ocorrerá em dólares, e se existe algum risco cambial, ou seja, a empresa tem custos em reais em mão-de-obra, enfim, e em uma série de outros gastos e tem uma receita que vai ser auferida ao longo do tempo em dólar, essa questão da variação dos custos contra o câmbio é um risco que a empresa está tomando, e o financiamento do banco é um financiamento que é repago em moeda nacional. O banco desembolsa no Brasil, recebe de volta no Brasil, se os recursos são cambiais ou FAT Cambial, eles estarão casados. E, se a empresa já ingressou com as divisas hoje, ela já sabe hoje qual é o contravalor em reais. Então, não sei se respondi a sua pergunta. Em relação à questão de superfaturamentos, ou à lupa, eu acho que eu já respondi esse ponto. Eu entendo que é uma das questões importantes que a CPI tem, e, portanto, é um assunto que o banco poderá contribuir, mas poderá mostrar o quanto acompanhou. Mas as informações são da empresa, e a empresa, o contratante, as relações, o que seja, é que poderão identificar isso. Eu não posso realmente falar sobre isso.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Sr. Presidente, eu acho que essa é uma questão importante. Isso me deixa entender que o BNDES não tem uma equipe técnica fiscalizando o processo licitatório nem planilha e minúcias de custos. É o que entendi da sua fala.



**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Deputado, eu gostaria de responder com a maior clareza possível. O banco tem, sim, equipe técnica, o banco, sim, acompanha, mas são usos e fontes, ou seja, aquilo que a empresa, o projeto, mostrou que seria contratado, o banco vai liberar em relação a isso. Por exemplo, em projetos, por quaisquer outros motivos, existe incremento de custos, atrasos, enfim, custos adicionais, o que seja. Esses custos, às vezes, podem suscitar pleitos que sejam legítimos e mostrem que o projeto continua sendo viável, continua sendo meritório, que poderiam sofrer algum tipo de aditamento. Mas, normalmente, não. Normalmente, o banco continua financiando exatamente o valor que estava contribuindo ou colaborando. E, na medida em que houver um gasto maior, o empresário tem de ter outras fontes de recursos para bancar. Então, a sua pergunta, eu entendo ser um pouco mais genérica, mas eu acho que o acompanhamento que o banco pode ter são sobre aqueles itens que foram financiados, entender se aqueles itens de fato foram comprados, foram gastos. Isso, certamente, os senhores poderão inquirir, comentar com o banco. Eu tenho certeza de que o banco saberá ou poderá prestar esses esclarecimentos. Não sei se respondeu novamente a sua pergunta. Já foi feita anteriormente uma pergunta em relação a projetos internos e externos, se, vamos dizer assim, concorre com o outro. E eu sempre coloquei, na minha época, que o banco financia bons projetos, e, na medida em que os projetos tenham retorno, eles encontrarão fontes de financiamento, sejam públicas ou privadas. Agora, esperar que o banco possa ser a resposta a todo financiamento de longo prazo é esperar demais de qualquer instituição, porque, no fundo, qualquer que fosse o tamanho dela, haveria sempre a possibilidade, caso houvesse projetos rentáveis que poderiam ser financiados. Então, acho que eu já falei que a importância, no meu modo de ver, é contribuir com fontes, sejam de mercado de capitais ou outras fontes para isso. Na medida em que tenham bons projetos, eles deveriam ter a capacidade. Mas vamos também lembrar, Deputado, que projetos dependem do seu desenho, da sua capacidade de execução, das aprovações de licenciamento e também da taxa de retorno. Então, além de todos esses aspectos que, vamos dizer assim, são inerentes a um projeto como um todo, não há dúvida de que, se o retorno requerido pelo mercado para financiar projetos num país muda, menos projetos se tornam viáveis. Isso é um dado e é, infelizmente, uma realidade



que talvez a gente também esteja vivendo agora. Em relação a quais países, eu concluo a resposta com isso, já foi falado em relação a Cuba, que foi aquela exportação de ônibus da Busscar e da Mercedes. Tivemos também uma operação com a República Dominicana, que foi uma operação de financiamentos de aquedutos. Tivemos um financiamento da operação da Venezuela, que eu já mencionei aqui. Quer dizer, foram poucas, talvez, operações, mas eu não falo isso, e, por favor, não gostaria de minimizá-las. Pelo contrário, acho que toda operação, independente do tamanho, merece a atenção que o banco tem de dedicar. Mas eu procurei até identificar, dado o interesse desta CPI, mesmo anterior ao período de 2003, que operações poderiam até ser objeto de perguntas dos senhores, para que eu pudesse respondê-las. Em relação ao financiamento das exportações, pergunta que foi feita também pelo nobre Deputado e que hoje a informação é de que, enfim, é inferior a 3%, na época da gestão, nós chegamos a ter, em 2002, quando foi um período de operações de pré-embarque, um período de escassez de divisas, quase 18%; 17% do desembolso do banco foram para exportações. Mas, se olharem o período de 2000, 2001, 2002, ele oscilou entre 14% e 16%, aproximadamente. Eu acho que essa informação... O banco pode entregar a informação correta e precisa aos senhores, mas essa é a informação que eu tenho aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edio Lopes, V.Exa. está satisfeito?

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - É, estou satisfeito e agradeço ao Dr. Eleazar pela dinâmica e pela presteza em informar. E, Sr. Presidente, só a título de comentário, a relação de países nos é importante, Dr. Eleazar, porque sempre se buscou nesta CPI, ora por outra, dizer que os financiamentos obedeciam um critério ideológico. E eu vejo aqui que esses financiamentos de há muito foram feitos a países sem ter esse critério como premissa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - V.Exa. me permitiria somente um comentário adicional?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - V.Sa. está com a palavra.



**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Não vou fazer qualquer retificação, de forma alguma, Deputado, mas só colocar que financiamentos, na verdade, são concedidos a projetos, projetos de exportação. Países, por acaso, podem ensejar ou requerer garantias diferentes em cada caso. Mas o banco não financia países, o banco financia projetos em qualquer país que seja.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Bilac Pinto.

**O SR. DEPUTADO BILAC PINTO** - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta, Deputado José Rocha, ilustre Relator desta Comissão, Sr. Eleazar de Carvalho Filho, é uma honra tê-lo aqui conosco. Desde já, os nossos agradecimentos por estar prestando esclarecimentos.

Eu estou desde o início ouvindo com muita atenção, e o senhor é um homem que deixou o banco há aproximadamente 15 anos; é um homem que vem trabalhando efetivamente dentro do mercado; presidiu diversas instituições bancárias, cumpriu sua quarentena, e tem um currículo extraordinário com uma vasta experiência. E, efetivamente, dentro de suas colocações aqui, logo no início, nós vimos algumas observações que foram feitas, como as modificações do estatuto do banco para efeito de financiamentos, principalmente para exportações ao exterior das empresas que são sediadas aqui no Brasil. Durante a sua gestão, V.Sa. alega também que nunca houve qualquer tipo de interferência efetivamente política com relação aos empréstimos concedidos pelo BNDES. E nós passamos a ver um banco que, a partir de 2006, as operações dele deram um salto, assim, magnífico: de 0,4% do PIB, que correspondia a 9,9 bilhões de reais, para 8,4% do PIB, que chegou a quase 414 bilhões de reais.

Fazendo essas observações todas, eu gostaria muito de ouvir a sua opinião em relação a duas questões que eu considero relevantes. Primeiro, há uma concentração de empréstimos vultosos a poucas empresas feitos pelo BNDES.

Segundo, como é que o senhor vê essas cláusulas, não no que se refere aos sigilos bancários — o que é normal —, mas no que se refere a empréstimos denominados cláusulas secretas, em que nós não podemos ter conhecimento do que foi feito e a razão pela qual foi feito. E não entendemos isso. Como homem de



mercado, homem que presidiu o BNDES, eu queria ouvir um pouco a opinião do senhor com relação a isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra ao Sr. Eleazar. Informo ao Deputado Bilac que V.Exa. tem 2 minutos e 30 segundos ainda.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Obrigado, Deputado, pela pergunta. Eu, novamente, tenho tido muito cuidado em comentar administrações que me sucederam muito em respeito à casa e à instituição, porque eu acredito ser uma instituição permanente muito importante para o País. O contexto de que eu posso falar muito é o contexto do momento e o contexto que evoluiu ao longo do tempo. Eu acho que a instituição, o cuidado, talvez... Eu entendo muitas colocações. Sempre colocavam na imprensa, de uma maneira até talvez exagerada: *“Querem acabar com o banco.”* Enfim, eram comentários que, ao longo do tempo, eu já ouvi sendo feitos. E eu sempre defendi e coloquei — e era, aliás, uma política de Governo à época — que a instituição era muito importante para o desenvolvimento do País, e ela prestou serviços importantes em fases distintas. Eu acho que, para que isso possa ser visto pela CPI, a CPI pode olhar os números. A instituição, como qualquer instituição bancária, publica não nominalmente, mas publica quais são os seus dez maiores devedores. Ela mostra qual é concentração. Ela mostra, porque é público, os níveis de risco que tem o seu provisionamento. Quer dizer, eu acho que os números em si podem ser o subsídio para que a CPI olhe os tomadores, olhe os créditos. Quando a instituição presta um serviço, como fez, por exemplo, durante a crise de energia, ela foi amparada em lei, para que aquele plano emergencial, que era de 7,5 bilhões de reais — eu entendo que o banco desembolsou para todas as distribuidoras do País aproximadamente 5,5 bilhões por aí, se não me engano —, na medida em que isso pudesse exceder a concentração por setor ou por empresa, precisaria de uma lei, porque se não estaria ferindo restrições do Banco Central. Quando a empresa financia a PETROBRAS, como fez nos últimos anos, certamente também deve ter tido que fazê-lo. Então, hoje eu acho que a única coisa que pode ser, de fato, dita — sendo alguém que não tem uma carreira política, que é um observador, é um cidadão, na verdade, essa é a minha função — é: *“Olhe os números, olhe a efetividade.”*, e o banco hoje tem falado sobre isso. Aliás, é uma das coisas que, na época do planejamento estratégico, se disse, o Banco Mundial faz, é



uma coisa que precisa se fazer, não é só o repagamento que importa, é qual o impacto que isso teve sobre as operações que o banco apoiou. Ou seja, tudo isso é parte da prestação de contas que a instituição faz e deve fazer à sociedade. Se há apoio grande ou não em relação a setores ou a empresas, eu acho que a CPI pode fazê-lo de maneira técnica e pode estudar isso, até porque terá acesso a mais informações que eu teria como cidadão, olhando os números que o banco publica. Em relação à questão, portanto, de sigilo e cláusulas de sigilo, eu entendo que isso foi retirado. Não existia esse tipo de colocação e, portanto, não havia essa preocupação. Em certos momentos, Deputado, quando, por exemplo, nos anos 90, tivemos muitas discussões na OMC em relação a financiamentos e exportação de aeronaves, existia um grande debate com o Canadá. E havia, sim, questões em que o banco se inseria em um questionamento em que o Governo precisava, e aí era o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Fazenda que faziam, e o banco precisava contribuir com informações que mostrassem o quanto as operações eram, vamos dizer, a mercado, o fato de ser recurso do FAT não significava que o banco não tivesse retorno sobre essas operações. Mas havia certas preocupações neste momento, mas não diferente disso.

**O SR. DEPUTADO BILAC PINTO** - A minha colocação com relação ao sigilo, eu até compreendo, mas é com relação aos empréstimos secretos. Essa foi a minha pergunta.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Eu não tenho conhecimento, talvez o banco possa dizer. Não existia essa cláusula secreta nos financiamentos do banco anteriormente, quando eu presidi a instituição.

**O SR. DEPUTADO BILAC PINTO** - Quando o senhor presidiu a instituição. A pergunta que eu fiz é o que o senhor acha disso na atual gestão.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Respeitosamente, eu imagino que seja uma pergunta dirigida ao Ministro de Estado, e não à instituição, já que a instituição deverá ter que ter acatado essa designação.

**O SR. DEPUTADO BILAC PINTO** - Eu gostaria de ouvir a opinião de um ex-Presidente do banco, um homem de mercado e um cidadão que está vindo aqui hoje, a convite nosso, à CPI.



**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - E eu quero responder todas as perguntas dos Deputados, independentemente da colocação delas. Eu acho que a instituição, por ser pública, deve transparência e precisa prestar contas das operações que faz. Então, acho que esse, vamos dizer assim, seria, talvez, o único comentário genérico que eu gostaria de fazer, já que eu me furtei de muitos comentários genéricos aqui. Se há uma qualificação secreta, deverá haver uma razão. Talvez a CPI possa indagar, talvez até no modo reservado, o porquê e a quais operações foi dirigida, porque certamente podem haver razões de Estado que fugiriam ao banco. Eu entendo que o banco teve até o ônus de não poder prestar informações que deveria poder fazê-lo normalmente. Então, é uma questão que, nesse sentido, eu acho que o secreto precisa ter um motivo. E, se há um motivo, eu acho que a CPI poderia indagar, e, se não é uma questão que pode ser pública, poderia fazê-lo — é minha sugestão muito humilde — de uma forma reservada.

**O SR. DEPUTADO BILAC PINTO** - Eu agradeço, Sr. Presidente. Eu estou satisfeito com a resposta do nosso convidado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Bilac Pinto.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentar todos os colegas presentes. Também queria cumprimentar o Sr. Eleazar de Carvalho Filho.

Sr. Eleazar, no período do Governo Fernando Henrique, houve, similarmente ao que nós temos hoje, um carimbo de que se tentar falar que o BNDES é um banco dos campeões nacionais. Havia naquela época, se falava naquela época que o banco era um pronto-socorro ou um hospital das empresas e que sempre se buscava ali solucionar problemas de empresas, como foi o caso da CSN, como foi o caso da ELETROPAULO, como foi o caso da reestruturação da dívida do Frigorífico Chapecó, enfim, houve uma série de empresas que foram socorridas pelo banco. O senhor participou naquela época da Diretoria, e qual era o entendimento e quais eram os motivos que levavam o banco a fazer aquelas operações, de forma geral. Não estou solicitando que o senhor faça análise de cada caso, mas, de forma geral, como o banco enxergava aquelas operações que visavam dar essa assistência às



empresas, inclusive até porque era um período de crise econômica no País. O País viveu várias crises econômicas naquele período do Governo Fernando Henrique. Então, como o banco atuou e como o senhor entendia aquilo ali?

A minha segunda pergunta diz respeito a esse processo a que o senhor responde como réu junto com Luiz Carlos Mendonça de Barros, José Pio Borges, Andréa Calabi, Francisco Gros em relação à ELETROPAULO. Eu vou ler trecho de uma reportagem da *Folha de S.Paulo*, da repórter Elvira Lobato, em que ela fala sobre as acusações:

*“Inexistiam compromisso dos acionistas controladores da Lightgás, a EDF e a EAS com o cumprimento do contrato. A Lightgás foi criada em 1997, tendo a Light Serviços de Eletricidade S.A. que atua no Rio de Janeiro” — atuava — “como acionista majoritária. Em novembro de 2001, a Light saiu da empresa e o nome mudou para AES ELPA. Antes de vencer a primeira parcela, a empresa quis renegociar a dívida alegando crise por conta da desvalorização do câmbio. A renegociação foi aprovada em fevereiro de 99 e a empresa ganhou mais 24 meses para começar a amortizar o empréstimo. Os acusados também são questionados por terem permitido que a Eletropaulo distribuísse lucro para acionistas controladores. Em janeiro de 2001, o BNDES voltou a financiar o grupo AES. O banco vendeu ações preferenciais da Eletropaulo, no valor de R\$ 2,05 bilhões, à AES Transgás, controlada por empresas sediadas nas Ilhas Cayman. Para os procuradores, a venda repetiu os “mesmos vícios” da privatização. O banco financiou o comprador, aceitando as ações como garantia. Na segunda parcela da dívida, a empresa ficou inadimplente.”*

Aqui fala contrariamente ao que o senhor falou no início da sua fala, quando respondeu a uma pergunta sobre isso.



*“A quarta operação analisada foi o descasamento societário da Light e da Eletropaulo, em 2001, quando houve a troca de ações (...).”*

Acho que o senhor já era Presidente nesse momento, pelo que eu entendi.

*“(...) entre o grupo francês EDF (que ficou com a Light) e a AES Elpa, que assumiu o controle da Eletropaulo. Segundo os procuradores, o banco autorizou a operação sem exigir o reforço de garantias.*

*Em 2002, ocorreu nova renegociação da dívida, e o banco exigiu garantias adicionais. Porém, a empresa voltou a ficar inadimplente no ano seguinte.*

*O primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi marcado por uma queda-de-braço entre o BNDES e o grupo AES. Em dezembro de 2003, foi feito um novo acordo, em que metade da dívida, de US\$ 1,2 bilhão, foi convertida em ações da Brasileira Energia, empresa que passou a englobar todos os ativos da AES no Brasil (...).”*

Eu gostaria de saber, Sr. Eleazar — aqui tem várias acusações feitas pelo Ministério Público Federal, que estão transcritas aqui nesta reportagem: como de fato ocorreram esses fatos? No seu modo de ver, houve prejuízos ao Banco? Enfim, qual é a posição? O senhor, logicamente, tem uma defesa apresentada nesse processo. Como é que o senhor encara essas questões e como o senhor responderia a essas acusações que foram feitas à época?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Carlos Zarattini.

Passo a palavra ao ex-Presidente Eleazar.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Muito obrigado pela pergunta, Deputado. Eu vou responder bem diretamente ao senhor. Primeiro, em relação ao hospital de empresas, eu acho que se o senhor pegar declarações públicas minhas



quando eu assumi, justamente a mensagem era de que o BNDES não é um hospital de empresas, não é esse o tratamento que eu acho que mereceriam. E talvez os exemplos que o senhor deu não sejam bons exemplos, no meu modo de ver, para qualificar essa, vamos dizer, essa abordagem que eu já ouvi muitas vezes e eu entendo que já tinha sido formulado. Então, em relação à CSN, eu já expliquei aqui: foi uma reorganização societária, não foi uma ajuda a uma empresa e foi um apoio que mereceu inclusive muita transparência. Eu já expliquei qual foi a forma. Ou seja, não sei se, enfim, muitos Deputados estavam presentes aqui à época, naquele momento que eu descrevi. Mas o fato é que foi o descruzamento que se permitiu que, ao se financiar a Vicunha Siderurgia, a Vicunha Siderurgia trocasse ações que tinha com a Vale do Rio Doce e a Vale do Rio Doce pudesse ter o crescimento que veio a ter depois, inclusive com um reinvestimento que o Banco fez na própria Vale. Quer dizer, eu acho que, se nós vimos e se nós “surfamos a onda” — para usar um jargão que a empresa coloca da China — que foi o crescimento do mercado de minério nos últimos anos, fizemos porque a Vale teve como desempenhar o seu papel e teve como fazê-lo, em parte, porque conflitos societários que existiam entre CSN e Vale puderam ser resolvidos. Agora, para o Banco, Deputado, a operação, o financiamento, a CSN foi muito rentável. Eu entendo até que a CSN questionou o fato de que, ao ter a possibilidade de permutar parte das debêntures em ações da CSN, ele auferiu um lucro. E esse lucro fazia parte da operação sim, porque, caso se corriam riscos em viabilizar isso, também havia a contrapartida. Ou seja, foi uma operação que estava dentro do bojo do planejamento: falava-se que esse era um setor importante para o País. E o setor de siderurgia, vamos lembrar: a China crescia um Brasil ao ano; eram 29 milhões de toneladas, se não me engano, de produção de aço — a CSN é a maior empresa de aço. A preocupação que o Banco tinha, sim, era de, como o financiamento era muito amarrado, que o repagamento do refinanciamento exigiria dividendos e talvez isso pudesse até limitar o seu crescimento. Mas os técnicos, a instituição, a Diretoria entendeu que era algo meritório e algo que se provou de muito sucesso. Então, eu acho que seria, com todo o respeito em lhe colocando isso, é um mau exemplo desse chamado “hospital”. Em relação a Chapecó — e eu vou deixar a AES para falar na sua segunda pergunta —, Chapecó, na verdade, é uma operação, é uma dessas



operações que administrações herdaram ao longo dos anos. Ela começou, aqui de acordo com algumas notas que até peguei, em 1993, num financiamento que o Banco teve junto com o IFC, que é um braço do Banco Mundial, que é o Internacional Finance Corporation. O Banco, ao longo do tempo, financiou vários projetos de investimento, inclusive em 1995, de 101 milhões de reais. Fizemos várias operações de exportação. Então, eu digo isto: sucessivas administrações do Banco foram fazendo. A empresa foi vendida para o Grupo Macri, da Argentina. Esse Grupo, quando do problema financeiro da Argentina, passou a ter sérias limitações de crédito. Em 2002, fizemos, sim, alguns apoios para financiamento de exportação para o giro da empresa. E o fato é que o Grupo Chapecó, como é do conhecimento de todos, veio a ter problemas financeiros e veio a ter a falência decretada, se eu não me engano, em 2005 ou 2006. O Banco, eu entendo, está buscando a recuperação desse crédito, é parte da natureza de um risco de uma atividade bancária. E não é de salvamento, é de recuperação de crédito.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Certo. Então, só vou explorar um pouco essa sua resposta. Então, o senhor considera que é perfeitamente normal e possível que, numa atividade bancária, haja eventualmente perdas, até porque existe o risco, senão não existiria taxa de risco. Mas existem perdas, que podem ocorrer de acordo com mudanças na conjuntura, situações que variam ao longo do tempo do ponto de vista econômico.

Inclusive, o senhor tem uma experiência no sistema financeiro muito grande. Existem essas situações? É uma situação normal ou o senhor acha que há falhas no sistema de avaliação do Banco?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Não, Deputado, é uma pergunta importante a ser feita. É um banco, então, portanto, um banco empresta, um banco tem garantias e um banco corre riscos. E um banco que tem na natureza do seu financiamento o longo prazo, o longo prazo atravessa um momento de conjuntura. Então, as decisões precisam ser avaliadas aos seus respectivos, aos seus contextos, a cada momento em que foram tomadas. Se eu posso dizer que Chapecó, pelo seu tipo de atuação, é uma atuação que emprega muitos trabalhadores, é um setor que tem uma certa concentração onde atua, isso é uma informação a mais. Quer dizer, a falência de uma empresa como essa leva muitos



pequenos produtores a terem problemas muito sérios. Agora, não é a função do Banco estar olhando só sob essa ótica. Ele tem que ter a consciência da ótica, até porque, se não houver, como houve, vários leilões sucessivos até mesmo dentro do processo de falência, para poder recuperar a parte do ativo. Isso aí ainda está em curso. Mas, na medida em que um empreendimento puder ser assumido por outrem, eu acho que a natureza de um sistema capitalismo é que negócios falham e negócios florescem ao longo do tempo. E o segredo é realmente avaliar riscos. Então, eu entendo — aí é um pouco a missão de quem atua em qualquer momento do tempo na instituição: não é uma herança de Chapecó, não é uma operação hospital. Mas Chapecó, como outra operação que possa ter tido riscos, pode ter tido insucesso. Não falo isso de forma leve, de forma absoluta. Eu estou só relatando algo de fato. Agora, se nós olharmos os acertos — e aí eu entendo que outros administradores que já aqui estiveram nesta CPI mostraram —, o volume de acertos é muito superior ao dos erros. Aliás, se eu for olhar, porque olhei isso recentemente, junho de 2002 e junho de 2015, que são os últimos dois períodos que podem ser comparados, eu vi que 99% dos empréstimos eram adimplentes em 2002, à época em que eu presidi a instituição, e praticamente 100% dos empréstimos são adimplentes em 2015. Ou seja, como se esperaria que fosse para uma instituição que possa merecer crédito, que possa conseguir repagar os recursos: ela precisa ter esse tipo de resultado, senão ela não teria sucesso. Em relação à AES — que o senhor englobou nessa questão hospital, mas, na verdade, logo em seguida me questionou em relação a uma ação na Justiça —, eu, então, respondo nos autos. Tenho orgulho das decisões que foram tomadas e preciso responder por elas até hoje. Aliás, são mais de 10 anos, e essa ação ainda perdura. E a decisão — na verdade, foi a minha decisão, a decisão que coube à Diretoria de que participei — foi muito simples. E eu defendi isso inclusive numa ação penal que foi eliminada. Então, a pergunta foi a seguinte: para um tomador adimplente, que não teria nenhuma razão de fazer um óbice a uma operação, porque as garantias permaneciam as mesmas, a operação originária era a mesma... E a gente fala já disso num momento, tá, Deputado Carlos Zarattini? Mas eu tinha, sim, a Diretoria tinha, porque é um colegiado, ela tinha a possibilidade de anuir ou não a um descruzamento, ou seja, a permitir que continuasse havendo o controle de uma empresa pela AES e passasse



a poder ter o controle da Light pela EDF. Era simplesmente a isso que se pedia que anuísse. Então, a pergunta era a seguinte... Poderia não tê-lo feito, e não estaria respondendo a essa pergunta aqui e não estaria respondendo à pergunta na Justiça também. Mas, ao não fazê-lo, estaria abusando do direito que tinha. Seria uma prerrogativa que eu tinha. Teria sido muito mais fácil, talvez a AES tivesse continuado de forma idêntica ou não, porque, na verdade, não afetava. Mas certamente a Light — aí, sim —, nós sabíamos que não haveria a capitalização de 1 bilhão de dólares na Light. Então, era deixar a Light sofrer um prejuízo... E a Light nem era, ela tinha um crédito pequeno com o BNDES. Mas deixar a segunda maior concessionária de energia elétrica do País ter um problema por um abuso, nós entendemos até que seria algo que eu não tinha esse direito ou a Diretoria não tinha esse direito. E eu continuo defendendo isso. Seria muito mais fácil dizer “não”. Mas, na verdade, eu não tinha o direito de dizer “não”, porque eu não tinha a possibilidade de exigir outras garantias numa época em que a operação estava adimplente. Então, é interessante. Seria... Eu vou usar um termo — por favor, eu sei que estou sob juramento: seria quase que uma extorsão. Não havia essa possibilidade. Havia, sim, a decisão legítima que uma instituição de crédito pode tomar. Não concebo por que razão. Eu acho que eu seria questionado em juízo por ter impedido isso que ocorresse. Agora, o fato é que o senhor se referiu a algumas reportagens. E eu tenho, que, na verdade, me referir aos autos, porque é a isso que eu ainda respondo. E eu tenho aqui um relatório final da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. E o relatório final justamente encerra esse assunto no que diz respeito à Câmara. E eu aqui relato o voto da proposta, que foi: *“(...) pelo encerramento e arquivamento da presente PFC, uma vez que os trabalhos realizados pelo Tribunal de Contas da União alcançaram os objetivos pretendidos, não restando nenhuma providência a ser tomada”*. E o relatório do TCU, Deputado, porque a ação... E eu vou falar da ação num minuto. Desculpe eu me alongar, mas é um assunto que, enfim, merece resposta, é uma oportunidade que eu tenho de poder também esclarecer isso. A ação original era uma ação do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, ouvidos por uma denúncia e por um relatório preliminar do TCU. O TCU fez uma série de questionamentos. E esses questionamentos — aliás, é obrigação de qualquer gestor responder — foram



respondidos. A própria 5ª SECEX do TCU fez um julgamento. E existe um acórdão do TCU que foi a base da ação a que o senhor se referiu. E por último, eu estou repetindo aqui o § 37.4, fala: *“As análises e justificativas apresentadas pelos Srs. Francisco Roberto André Gros e Eleazar de Carvalho Filho demonstram que os responsáveis pela Decisão 521, de 2001, do BNDES, que autorizou o descruzamento acionário entre a AES e a EDF, coincidiram elidir as responsabilidades que lhes foram imputadas por meio das audiências constantes nos Ofícios 427 e 428, conforme Itens 15 e 15.3 desta Instrução, devendo, em consequência, ser acatadas”*. Ou seja, infelizmente o Francisco Gros veio a falecer e não teve, não teria visto ainda o resultado dessa ação. Mas essa ação eu acho que teve um cunho ideológico, teve um cunho de questionar a privatização, questionar, na verdade, um ato que o Banco praticou em 1998 — é anterior ao meu período no Banco —, mas que apoiava as privatizações sim, como parte de uma agenda de um governo eleito. E financiavam-se, qualquer que fosse o comprador, 50% do preço de compra: comprador este estrangeiro, em dólares; comprador nacional, qualquer que fosse, em reais. Eram 50% do valor financiados. Isso foi feito. Esse empréstimo sofreu vários aditamentos. E administrações que se sucederam precisaram, sim, lidar com o tema, seja em função da desvalorização cambial de 1999, seja em função da operação Transgás a que o senhor se referiu, que eu não participei da decisão. Mas, na verdade, era uma decisão de uma venda a termo de ações que vieram da ELETROBRAS para o Banco, para que o Banco fizesse uma venda a termo, para que a ELETROBRAS pudesse pagar à União. Então, o Banco, claro, analisou, avaliou e fez a operação. Eu só vou concluir, e me desculpe ter me alongado em relação a esse assunto. Mas talvez os senhores possam pedir ao Banco, porque, como se passou muito tempo, eu acho que a única maneira de olhar isso é pelos fatos. Então, o fato é que a reestruturação da AES, que foi de 1 bilhão e 200 milhões de dólares, ou seja, 3,5 bilhões de reais, transformaram-se em 600 milhões de dólares em ações da Brasileira. Eu acho que é o mérito da administração que me sucedeu em ter feito uma negociação. Nós deixamos — e isso é importante, eu atendo até a uma indagação que foi feita em relação à transição —, nós deixamos uma decisão tomada em 2002, quando existia uma inadimplência e quando o Banco podia, sim, exigir garantias. Essa decisão foi



tomada para que, caso a AES cumprisse a sua parte, a operação estaria sendo renovada. Porque imaginar que a maior concessionária de energia do País pudesse sofrer uma paralisação e que não fosse capaz de, ao longo do tempo, continuar prestando serviços, era algo que não passava pela cabeça dos administradores à época. E o fato é que, na medida em que a AES não cumpriu, o Banco tomou outras atitudes, que foram inclusive através da Brasiliana. Poderia ter havido outras soluções. Essa foi uma solução que ainda está em carteira, e o Banco tem hoje uma operação que vale 2 bilhões de reais, a valores que estão nos livros do Banco. Ou seja, ao longo do tempo, isso, vamos dizer, superou em muito aquele montante original. A segunda parcela, que foram debêntures conversíveis de 510 milhões de dólares, foi liquidada integralmente em 2006. E a terceira parcela, de 90 milhões de dólares, foi paga em janeiro de 2004. Ou seja, há um resumo muito interessante, que mostra que os 3,5 bilhões de reais concedidos — diferente do que seria o caso de um hospital, porque a empresa não teria conseguido repagar o seu crédito —, na verdade, foram repagos. Agora, a ação continua, e eu preciso responder a ela e eu acho que sou capaz de responder sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Quero agradecer as respostas ao Dr. Eleazar de Carvalho e parabenizar o Relator por ter feito esse requerimento convidando o Dr. Eleazar a aqui vir, até porque ele, com a experiência que tem no mercado financeiro e na gestão de grandes empresas, também colaborou para o entendimento do que são as situações de risco bancário. Então, parabéns, Relator, por ter feito esse requerimento!

E, Sr. Eleazar, eu acho que o senhor nos aclarou muito aqui, até porque o senhor é uma pessoa insuspeita, que não participou do Governo Lula nem Dilma; ao contrário, participou do Governo Fernando Henrique. Portanto, o senhor não se pautou, em nenhum momento aqui, por uma questão política. E isso nos aclarou bastante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.



Passo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Sr. Presidente, Sr. Eleazar, primeiro quero parabenizar essa iniciativa, porque o Deputado João Gualberto (*riso*), que foi embora — eu sabia que S.Exa. não ia esperar —, não entendeu a importância desse requerimento. Quando foi feito o requerimento de solicitação da CPI, está lá: “*supostas irregularidades*”, para investigar irregularidades ocorridas na concessão de empréstimos. Então, é claro que é importante a presença do Sr. Eleazar.

Primeiro, tenho uma pergunta em relação ao processo de decisão dos financiamentos e empréstimos do BNDES. É claro que todos eles, como bem o senhor afirmou, eram parte de uma agenda de um Governo eleito, não é? Aqui não é... o questionamento como o banco é um braço do Governo, e, portanto, um braço de execução de uma agenda de um Governo eleito democraticamente. Então, não vou entrar nessa discussão sobre o processo das privatizações, e tal, que não é o objeto, mas quero entender o processo de decisão, porque o processo de decisão é fundamental para nós, até para o resultado do processo, que é a baixa inadimplência do banco, é uma demonstração de que os critérios utilizados são critérios técnicos.

Essa é a primeira pergunta: como se dá esse processo? Eu gostaria de saber a sua resposta sobre isso.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Deputado, eu acho que foi respondido, mas já complementando a decisão, quer dizer, os projetos chegam ao banco, chegam pleitos de qualquer interessado, e aí não vou falar dos processos formais — acho que isso já é de conhecimento desta CPI, mas um grupo grande de técnicos precisa se debruçar sobre essas matérias, essas matérias são discutidas em vários níveis de comitê. Eu acho que já foi dito aqui, mas eu nunca participei de nenhuma reunião de comitê. Eu acho que, quando passei à Presidência, eu até visitei uma das reuniões, mas passei 5 minutos, porque seria um constrangimento a um comitê, a um fórum que tem seu próprio rito, que um Presidente tivesse qualquer interferência. Então, durante as reuniões eu vi, as matérias subiam por cada uma das diretorias, dependendo do momento, a organização que coubesse, e aí era avaliado por um colegiado. Então, as decisões são por natureza técnicas, porque



elas já... E merecem um debate muito rico, eu acho que são, não só num nível técnico, como também da própria diretoria, em relação a algum aspecto que voltasse, que tivesse que ser retificado, até que fosse autorizado. Então, eu nunca vi uma decisão que não fosse unânime, mas também vi muitas decisões que foram questionadas, e que foi tirado de pauta, voltou, ou seja, que mereceu esse tipo de reparo.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Essa resposta do senhor coincide, inclusive, com a apresentação feita pelo Presidente, o Sr. Luciano Coutinho, dando uma demonstração da integridade do banco, da seriedade, da respeitabilidade técnica, para desmascarar esse discurso fácil de que é um balcão de negócios políticos, ou politiqueiros.

Portanto, eu fico satisfeito. Por isso é importante a sua vinda aqui, porque dá uma demonstração de que esse banco, que é uma peça fundamental dos financiamentos do desenvolvimento nacional, ele tem um corpo técnico em funcionamento — e não se dá o seu funcionamento —, com base em interesses politiqueiros ou de intermediários, e de, portanto, interesses menores.

Portanto, eu fico extremamente satisfeito. Eu acho que o resultado do banco — a baixa inadimplência e os retornos que o banco tem — é um demonstrativo claro e objetivo que desmascara, primeiro, esse discurso fácil.

A segunda questão que eu gostaria de perguntar ao senhor, porque tenho também uma colocação de que só a partir... é como se o banco só financiasse internamente. Aliás, parece-me que, também no seu tempo, o banco não empresta dinheiro para países, ele financia exportação de bens e serviços nacionais. Gostaria desse esclarecimento, porque tem uma compreensão, aqui, primária. Por isso que eu gostaria que o Deputado ficasse aqui, para responder, o Deputado Gualberto, porque ele falou de exportação, porque, naquela época em que foi exportação de bens, *“Ah, essa vale”*. E de serviços? Não sabe ele que o serviço, às vezes, agrega muito mais valor do que os bens, porque junto com o serviço também vão alguns bens.

Então, nesse sentido, eu gostaria de perguntar ao senhor, é uma pergunta repetida, mas é para confirmar uma consciência sobre a questão das exportações de bens e serviços. Parece-me que o financiamento disso se dá em reais, e o



recurso fica aqui. Portanto, não é para bancos. Nós não deixamos de exportar, gerar empregos no Brasil, para gerar empregos lá fora. É esse o critério? Isso foi mantido? Isso, já tem aqui o empréstimo que foi feito, o financiamento do metrô, mas me parece que havia outros financiamentos também, a essa época. Esse é o segundo questionamento que faço.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Bom, Deputado, eu acho que nós... Eu já procurei responder esse ponto, mas eu vou, enfim, confirmar um pouco o seu entendimento. O banco financia projetos, financia exportadores brasileiros de bens e serviços, sim, essa é a resposta, e não financia países. Mas, assim como nós somos olhados por outros países, em termos do risco que as nossas empresas têm, em função do CEP em que elas já atuam, é a mesma coisa com exportadores brasileiros em países que tenham riscos de crédito. Então, é por isso que existe seguro de cobertura de risco de crédito; é por isso que há mecanismos para isso. Então, não é o financiamento para um país; é um financiamento para uma empresa. Muitas vezes, pode ser uma empresa de governo, pode ser uma empresa de um país de alto risco ou baixo risco, mas de novo o projeto é que é financiado. Os exportadores recebem o valor em reais, exatamente. Em certos momentos se fez, sim, financiamento a um importador, com garantia de exportador ou com garantia de seguro, etc. Eu lembro quando fizeram exportações, por exemplo, da EMBRAER para uma empresa de aviação no exterior. E aí o desafio que o banco tinha era: se ele recebesse créditos em garantia, como é que ele reciclava essa carteira, ou seja, como é que ele poderia refinanciar essas carteiras para poder abrir espaço para fazer novos empreendimentos? E aí eu posso lhe dizer, porque é algo que é importante: num determinado momento, e se nós tivéssemos essa discussão, aliás, talvez no Eximbank americano, talvez Boeing e GE tivessem o mesmo tipo de questionamento, mas em algum momento do passado se pensou que... Eu me lembro: a diretoria do banco visitou a fábrica da EMBRAER. Aliás, é um orgulho para todos nós, mas a projeção de crescimento com a nova família de produtos que iriam ser lançados, aviões um pouco maiores do que o 145, poderiam vir a demandar tamanho apoio do banco que o mesmo não conseguiria crescer na mesma velocidade e o banco não teria como ter uma concentração para um tomador como esse. Então, se tinha muito debate em relação a quais mecanismos de



refinanciamento, dos chamados *leveraged leases*, que poderiam ser usados para poder permitir que o banco continuasse apoiando. Então, eu acho que isso faz parte, sim, de uma discussão. Em alguns casos, você poderia estar falando em países importadores que pudessem ter a capacidade de oferecer garantias que viabilizassem exportações. Mas isso é normal. Eu acho que o exportador tem o dever de abrir os seus mercados, mas o banco tem a obrigação de avaliar o risco e saber se pode ou não apoiar.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - É, isso é muito importante porque, durante esse período, claro que há agendas de governo que são diferentes e legitimamente eleitas pelo povo. Mas, olhe, nesse período, 25% dos recursos do banco estavam voltados à exportação. No período dos 8 anos do Governo Lula e dos 4 anos da Presidente Dilma foram 15%. Não nego a importância, não, porque isso gera empregos e bens e serviços aqui. Mas é preciso ter a dimensão, porque alguns Deputados chegam aqui achando que é uma novidade esse tipo de ação, esse tipo de operação do banco.

Portanto, com a sua afirmativa, parece-me que há um segundo mito, um segundo problema que é levantado aqui pela CPI, como se fosse uma novidade, de exportação em detrimento do mercado interno. Caem por água essas afirmativas que existem aqui, dentro da CPI.

Por último, no seu período, portanto, também houve representação sindical no conselho de administração. Eu acho que o senhor já respondeu isso também, não foi, Sr. Eleazar?

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Sim, já. Inclusive agradei a participação do representante Gilmar, no CODEFAT.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Muito bem.

Então, concluo, Sr. Presidente, para dar a demonstração de que o possível aparelho sindical, que foi tomado como choque, tem o representante da CUT aqui na penúltima reunião da CPI. Eu acho que faz parte de um processo normal, de uma composição do banco, inclusive por ter recursos do FAT. Tinha que ter representantes do trabalhador. Então, isso é para que alguns Deputados não tenham essa surpresa e não fiquem acusando um possível aparelhamento. Aliás, alguns até que acusam hoje estão como réus.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. e informo o início da Ordem do Dia.

Com a palavra o Deputado Betinho Gomes.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Presidente, só quero fazer uma consideração. Fui eu que fiz a pergunta da composição do conselho administrativo. Na verdade, não há nenhum preconceito de ter trabalhador representante sindical no conselho. O que nós queremos mostrar como comparativo é que, no período do Dr. Eleazar, havia também uma representação do setor produtivo para dar equilíbrio na discussão do conselho administrativo. Há essa distinção que precisa ser realçada. Hoje, no atual conselho, não há setor produtivo dando opinião, analisando a política, a diretriz de trabalho do conselho administrativo. Que participem representantes do conselho; é legítimo e nós não contestamos isso. Queremos apenas mostrar o desequilíbrio de uma composição para outra.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Mas não foi essa questão do desequilíbrio que eu levantei. Foi de um Deputado que tinha apresentado o questionamento sobre o que um representante da CUT entende de investimento. Não foi V.Exa. que apresentou, não. Então, eu quero afirmar, para o conhecimento dele, que isso já existia há muito tempo, não foi uma coisa da política do Governo Lula e do Governo Dilma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exas.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Aliás, havia muito mais representantes dos trabalhadores no período do Dr. Eleazar do que no atual (*Risos*).

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Posso fazer um aparte, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Antes de ouvir o Ministro Carlos Melles, eu passo a palavra ao Sr. Eleazar.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - É muito rápido. É só um comentário. Eu acho que foi feita uma pergunta: qual era a participação, o que um conselheiro fazia. Eu acho que, se eu já não falei, cabe. No caso de 2002, um período muito difícil em relação a linhas cambiais, etc., o Conselheiro Gilmar



participou e ajudou nas discussões com o CODEFAT. Eu me lembro de que um dos diretores do banco foi, mostrou o mérito da operação e a CODEFAT aprovou um FAT especial naquele momento. Então, aí houve um empenho de um conselheiro do banco em ajudar em algo que era importante para o Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Com a palavra o Deputado Carlos Melles.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Sr. Presidente, Marcos Rotta; Sr. Relator, José Rocha; o convidado, Sr. Eleazar, Srs. colegas Deputados e Deputadas, eu não vou fazer nenhuma pergunta, até porque acho que o que a gente tinha que colocar aqui, Eleazar, era o seguinte: quem conviveu com vocês, quem conhece sabe como é que foram as tratativas, pelo menos nos últimos 20 anos. Nós não vamos achar muita diferença no Gros, no Calabi, em você, em quem não está aqui, e até no Luciano Coutinho. O que a gente deveria perceber aqui, e também não houve de o Presidente Lessa, que ficou muito pouco tempo, não concordar com a forma.

O que nós estamos aqui discutindo nesta CPI é a forma do processo decisório de interferência na gestão do BNDES, a politização das decisões no BNDES. E esta CPI fala que quer buscar se houve ou não nesses campeões que estão na boca do povo... E aí eu faço uma consideração de que o pior cego é o que não quer enxergar. Ontem, num programa de televisão, a Lilian Witte Fibe falou assim: *'Gente, mas isso, mas isso, mas isso, mas isso está tão claro'*. E realmente está claro. Nós vamos ficar aqui muito tempo, sobretudo os que votaram pelo Grupo JBS não estar aqui, vai ficar muito tempo se explicando até eles virem.

Mas eu queria fazer uma leitura rápida, que é a grande diferença de gestões de governos que passaram. Primeiro, falando da crise de energia, a transparência com que foi encarada e passada à sociedade a crise da energia, que nem era tão grande quanto a que nós passamos hoje. Quando foi para dar... E aí o Deputado Carlos Zarattini, cujo pai é meu amigo fraternal, e eu o respeito muito... O SOS depende do que é.

O que foi feito no setor siderúrgico brasileiro foi nota 10. Hoje eles estão precisando mais do que estavam precisando naquela época, mas esse período foi feito sem reparo. Então, esse assunto do SOS, na área do agronegócio, essa



consideração eu acho que a gente precisava também fazer, desde a compra da Batavo, da LBR, o que vem acontecendo é uma tentativa de salvação. Foi assim com a Itambé, foi assim com o setor de carnes, só que preferencialmente para uns; para outros, não. E esse é o papel do BNDES. O que nós estamos buscando aqui não é o efeito. O efeito, nós estamos vendo aí. É o que causou esse efeito e o BNDES vai acabar sendo vítima desse efeito. Eu falei aqui, para a diretora que estava presente, e para o Vice-Presidente Wagner, que a gente tinha que cuidar da corporação, ter força para levantar voz lá dentro, porque, em 2009, nós levantamos todos os problemas da PETROBRAS, do sistema de transporte, da INFRAERO. Todos foram corrigidos, menos os da PETROBRAS — com a mesma clareza, já identificamos todos —, porque o Presidente Sergio Gabrielli vinha, mas não podia... A PETROBRAS não podia mostrar a realidade.

Eu não sei se o BNDES vai poder ou não, mas a relação de causa e consequência, para encerrar, é que curiosamente, ou fatalmente, todos os grandes tomadores do BNDES foram os grandes fomentadores das campanhas políticas do Brasil — essa é a realidade. Não existia isso no passado, e passou a existir. Essa é a razão desta CPI. E, se nós não colocarmos isso com clareza, nós vamos ficar prejudicando, por uma decisão política, uma ação técnica de um banco que, na sua época, era de 30 bilhões e hoje são 300 bilhões. É um dos maiores bancos de fomento do mundo.

Eu tenho falado aqui, e vou repetir: há uma reportagem da *Revista Época* que valia a pena, e vou pedir de novo, passar para todo mundo, que diz que o BNDES contribuiu para o crescimento das empresas, suas estratégias, e fortalecendo competências. O artigo é do André Salcedo e do Felipe Marques, que são do banco. Aí o Marcos Lisboa e o Sérgio Lazzarini disseram assim: “*A produtividade estagnou na maioria dos setores apoiados pelo BNDES. Muitos projetos poderiam ser financiados sem recursos públicos*”.

Essa escolha dos projetos a serem financiados transcendeu o interesse maior do País, e essa é a nossa questão aqui hoje. Terminando dizendo mais uma vez: a nossa posição aqui dentro é coibir esse tipo de transferência de vários comunicantes naquele que é beneficiado por uma política pública, perpetuar um poder através das doações políticas.



Eu quero cumprimentá-lo. Prazer em revê-lo. É sempre uma satisfação tratar com pessoas do seu nível de competência, com seu espírito público e com a contribuição que deu e ainda dará a este País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Carlos Melles.

Passo a palavra ao Sr. Eleazar para as considerações dele. Nós temos inscrito ainda o Deputado Sérgio Vidigal. Informo a V.Exas. que nós estamos em votação nominal neste momento no plenário. *(Pausa.)*

Deputado Sérgio Vidigal com a palavra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta, quero também saudar o nosso Deputado José Rocha, o nosso Relator, e cumprimentar o Sr. Eleazar de Carvalho Filho e mais uma vez registrar que nós temos um grande orgulho pelo BNDES, como já foi dito aqui, um grande banco de fomento do desenvolvimento deste País.

Uma coisa importante que a gente tem observado é que a convocação do senhor mostra que existe uma uniformidade de procedimentos dentro do BNDES. Isso nos ajuda muito a esclarecer alguns fatos. Mas eu quero perguntar ao senhor que, entre algumas auditorias que houve no TCU, uma delas apurou indícios de irregularidade em contratos de publicidade e propaganda de aquisição de bens e serviços de informática. Os recursos fiscalizados foram na ordem de 124 milhões de reais, sendo em torno de 68 milhões para publicidade e 55 milhões para informática. Eles foram executados entre 2000 e 2005.

*“A audiência realizada (...)” — pelo TCU —  
“constatou ausência de cotação de preços e de atesto de  
realização de serviços subcontratados no contrato da  
empresa DPZ Propaganda Ltda. Além disso, houve  
pagamento de honorários para subcontratação de  
serviços, execução de serviços fora do objeto contratual,  
sem verificação da adequação do preço, e serviços de  
patrocínio com cobrança indevida de comissão.”*

Eu gostaria que o senhor pudesse falar um pouco sobre esse contrato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - O Sr. Eleazar tem a palavra.



**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Contrário a muitos assuntos que eu tinha aqui preparado, esse é um sobre o qual não me ocorreu buscar informações, mas eu vou pedir ao banco que possa esclarecer. Como é um tema que talvez não tenha tido a minha participação em relação a qualquer questão do TCU, eu realmente não me lembro, mas o banco vai poder lhe informar. E, se precisar de alguma informação minha, eu estou à disposição desta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. está satisfeito, Deputado Sérgio Vidigal?

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Vamos aguardar as informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. tem mais alguma intervenção a fazer? (*Pausa.*)

Agradeço, então, o Sr. Eleazar de Carvalho pela participação. Eu queria agradecer às Sras. e aos Srs. Parlamentares. Estamos dispensando, neste momento, o ex-Presidente do BNDES, agradecendo a V.Sa. pela participação. Espero que a participação de V.Sa. contribua para que todos nós possamos alcançar o objetivo e o escopo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é investigar a fundo as ações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Agradeço-lhe e V.Sa. está dispensado então.

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Cabe alguma colocação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Se V.Sa. desejar fazer uma consideração final...

**O SR. ELEAZAR DE CARVALHO FILHO** - Talvez uma rápida colocação. Primeiro, é um privilégio poder estar nesta Comissão. Sempre que pude vir a esta Casa, procurei fazê-lo com transparência. O Deputado Carlos Melles, que está aqui, e vários outros eu já conhecia. Eu tenho grande admiração e respeito pelo banco e por tudo que esta instituição tem feito ao longo de mais de 60 anos. Eu acho que é muito importante uma CPI como esta, que vá realmente poder exemplificar qual é o papel que ele tem. Eu acho que ele hoje tem um papel muito diferente do que tinha e isso já foi dito. Agora, eu acho que, só para fazer uma colocação aos senhores que talvez oriente a CPI: eu entendo a razão pela qual foi convocada. Está muito clara no seu texto, só que o País vai viver um período delicado e vai viver um período que vai precisar da atuação do banco. E o banco não pode paralisar, porque as



empresas, os projetos são vivos. Existem certamente situações que precisam ser aclaradas, empresas que vão poder sofrer sanções, mas eu espero, a exemplo do que ocorre em outros países, que se possa separar exatamente o joio do trigo; que se possa permitir que aquilo que seja viável possa ter continuidade; que as empresas existam; que os empregos sejam preservados; que aquilo que tem que ser punido seja punido. E o fato é que, se não houver novos projetos, nós teremos um problema sério de crescimento. E muitas das empresas, a maioria das empresas do País, de alguma forma são apoiadas pelo banco. Então, no momento, onde se tem encarecimento, escassez de crédito, dificuldades conjunturais de que todos nós somos conhecedores — e eu faço um único comentário enquanto observador —, o banco vai ser chamado e, num momento como este. Em outros momentos, haveria alguma entidade pública que faria esse papel. Foi o caso do TARP nos Estados Unidos depois da crise de 2009. Talvez nós tenhamos — e é o único comentário que eu faço — gasto um pouco da munição que tínhamos para lidar com crises como esta que vivemos agora. Mas o fato é que a redução que é necessária, talvez o apoio do banco em projetos, dadas as questões fiscais, vai realmente limitar a ação que ele terá e as companhias vão ter a necessidade de que haja um empenho da instituição. Então, um alerta é o de que o futuro vai dimensionar o banco da forma que deve ser, os governos orientam suas ações, mas a instituição terá um problema premente nesses próximos tempos. Eu agradeço muito poder ter estado aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Eu agradeço muito V.Sa. Já o tinha dispensado, mas a pedido do Relator, vou solicitar que permaneça ainda.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um breve comentário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Antes do Relator, passo a palavra ao Deputado Edio Lopes.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Sr. Presidente, eu disse, durante a minha fala, da importância da vinda do Dr. Eleazar aqui, pelo que ele havia produzido até aquele momento. Mas eu quero aqui, até por uma questão de justiça, elogiar o exemplo de espírito de homem público e de cidadão comprometido com os destinos deste País que o Dr. Eleazar dá neste momento a nós, porque o que nós vimos até aqui, Dr. Eleazar, foram depoimentos, inquirições movidas e motivadas por muito



matiz político. E eu vejo o senhor inteiramente despido desse sentimento. Isso só os grandes homens podem produzir, e eu quero colocá-lo nesse rol.

Pelo que me deixou entender, na minha modesta compreensão, o senhor dá um alerta que é motivo de preocupação deste Deputado e de outros nesta CPI desde o início. Se nós não soubermos conduzir essa investigação, poderemos misturar o joio ao trigo, como o senhor acabou de se referir; aí sim, nós estaríamos dando uma estúpida contribuição à derrocada da economia nacional, de cujo barranco de precipício estamos à beira.

Portanto, essa última fala do senhor é de uma importância extraordinária para as nossas motivações doravante.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Edio Lopes.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado José Rocha.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui, Dr. Eleazar de Carvalho Filho, parabenizar V.Sa. pelo currículo que possui e pelos relevantes serviços que prestou ao País quando Presidente dessa grande instituição, uma das maiores instituições de fomento do mundo, que é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Quero dizer que V.Sa. foi muito sereno. V.Sa. soube conduzir as suas respostas com toda serenidade e deixou todos os Parlamentares aqui, pelo que eu entendi, com as respostas que buscavam nas suas inquirições.

Também me senti totalmente contemplado com as suas respostas e isso só faz engrandecer o grande banco que nós temos, o grande banco público, e que, com certeza, haveremos de preservá-lo sempre como essa instituição que é, para que ela possa sempre fomentar o desenvolvimento econômico e social no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Relator e dispenso agora oficialmente o nosso convocado, o Sr. Eleazar de Carvalho.

Suspendo a reunião por 2 minutos, para que nós possamos preparar a próxima oitiva com o Sr. Carlos Lessa.

Está suspensa a audiência por 2 minutos.



*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Reabro a presente sessão.

Iniciaremos agora a audiência pública para tomada de depoimento do Sr. Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa, ex-Presidente do BNDES entre janeiro de 2003 e novembro de 2004. O depoimento decorre da aprovação do Requerimento nº 125, de 2015, do Sr. José Rocha.

O depoente falará na qualidade de testemunha.

Informo que durante a fala inicial do depoente não haverá apartes.

Os Deputados interessados em interpelar o depoente deverão inscrever-se previamente junto à Secretária da Comissão.

Queria agradecer a presença do nosso ilustre Senador Roberto Requião, que muito abrilhanta os trabalhos desta CPI.

Já assentado à mesa, o Sr. Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa.

Informo que V.Sa. prestará depoimento na qualidade de testemunha, devendo prestar o compromisso de falar a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos dos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal.

Advirto que o descumprimento desse dever legal fará incidir sobre si as penas relativas ao falso testemunho previstas no art. 342 do Código Penal.

Passo a palavra a V.Sa. para que possa fazer o seu compromisso.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado. Eu só faria um adendo: e me lembrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa. e passo a palavra ao ex-Presidente, Sr. Carlos Lessa, para suas considerações iniciais, pelo tempo de 10 minutos. V.Sa. tem a palavra.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Bem, senhores, eu estive 23 meses à testa do BNDES e praticamente assumi quando o mandato do Presidente Lula teve início. Quando o Presidente Lula me convidou, eu entendi que me chamava basicamente para robustecer o BNDES como um banco de desenvolvimento. Desde logo, era claro que um banco de desenvolvimento só pode existir se houver um projeto de desenvolvimento



claramente alinhado. Eu achava que tinha a percepção das linhas gerais desse projeto, a partir de conversas, leituras, observação e reflexão. Quando fui convidado, era Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Havia sido eleito pelos meus colegas. Faço referência a isso apenas por uma única razão: quando o Presidente me convidou, eu formulei para ele três ângulos, digamos, que achava relevantes. O primeiro deles é esse a que eu já fiz referência, a visão de que o BNDES é uma instituição-chave para o desenvolvimento brasileiro. Foi e, do meu ponto de vista, será. Acho que é uma instituição absolutamente bem sucedida dentro da organização brasileira. A segunda coisa que eu coloquei para o Presidente foi o seguinte: eu não posso aceitar se não houver uma aprovação pelo Conselho Universitário de minha seção, porque eu fui eleito Reitor pelos meus colegas professores, funcionários e alunos. Tive 85% dos votos — coisa que de que eu me orgulho. Eu não podia, 6 meses depois de ser Reitor, abandonar o meu mandato. E o Presidente, então, mandou uma carta ao Conselho Universitário pedindo que me liberasse para ser Presidente do BNDES. A terceira e última, eu disse: *“Olha Presidente, eu acho que o BNDES, para ser razoavelmente bem administrado, tem que ter uma diretoria coesa, formada por gente que tenha tido experiência no banco e que tenha uma relação fortalecida por convivência e por ideias em comum.”* O Presidente concordou e me permitiu indicar praticamente todos os diretores da minha gestão. Eu coloco isso como uma preliminar, porque é importante, e entro na questão do projeto nacional. Um projeto nacional, obviamente, tem que ter uma imagem objetiva de um futuro que pode ter componentes quase utópicas, porém deve estar claramente perfilada essa imagem de futuro. Ao mesmo tempo, tem que ter o reconhecimento, o mais rigoroso possível, das restrições do presente, para construir o que se denomina raios de manobra. O que é raio de manobra? É como o presente abre um arco de possibilidades e como o novo passo é dado, tendo no presente a imagem objetiva e as restrições. É uma visão diferente da de cenários. Os cenários são uma técnica de planejamento que as empresas usam em relação aos mercados. Porém uma nação, em relação ao seu futuro, deve pensar um plano nacional. E nos debruçamos sobre isso. Então, a primeira constatação que apareceu é que o sistema de planejamento brasileiro tinha sido extremamente desarticulado em relação ao que havia sido no passado. Desarticulado porque houve uma



dissolução de fundos vinculados, fundos tributários vinculados. Por exemplo, Fundo Rodoviário Nacional, Fundo de Edificação Nacional, Fundo Portuário, praticamente todos os itens de infraestrutura tinham vinculações tributárias que a Constituição de 88 dissolveu. Cada um desses fundos dava origem, dentro da Administração Pública, a um núcleo de pessoas e instituições que pensavam o setor. Então, se existe um Fundo Federal de Eletrificação, os técnicos que lá trabalham vão, desde conhecer profundamente as bacias hidrográficas, até os detalhes tecnológicos que estão disponíveis como novidade numa determinada área de atuação. E não pode ser projetado o futuro se não houver alguma hipótese com respeito ao futuro global. Então, a ideia da vinculação é uma ideia tributária, foi uma ideia que, no passado, moveu significativamente decisões brasileiras com respeito à infraestrutura elétrica, hidroelétrica, com respeito a desenvolvimento mineral, com respeito a portos, com respeito a comunicações, etc. A dissolução dessas relações dissolveu muito equipes. Em alguns casos, as equipes quase desapareceram. Então, era muito difícil dispor de um plano. O BNDES havia passado por um processo, antes da minha posse, em que houve um paradigma de reorganização, que eu chamo de banco de investimento. O que é um banco de investimento? É um banco que tem uma série de produtos, quer dizer, pode realizar uma série de operações e simplesmente espera que chegue um solicitante que solicita, desde que qualificado... vai compor o seu pacote, digamos assim. Essa visão dissolveu uma competência que o BNDES havia acumulado. Esclareço. A organização tradicional do BNDES era por chefias, superintendências e chefias de departamentos. Cada departamento trabalhava num determinado recorte da economia brasileira: no recorte de um setor industrial, no recorte de um segmento agrícola, no recorte regional, etc. Qual a importância? É que, sendo funcionário de carreira, de alta qualificação, acabava acumulando um saber que era extremamente profundo sobre aquela área. Não apenas sabiam, digamos, das limitações, das necessidades, dos requerimentos, das exigências. Essa competência permitia à instituição que condensava todas essas competências ter uma atuação extremamente significativa, como um braço de um projeto geral voltado para o desenvolvimento brasileiro. Quando eu estou falando em desenvolvimento brasileiro, estou visitando uma palavra que saiu um pouco de moda, mas eu quero dizer que se entende desenvolvimento por uma combinação de



desenvolvimento das forças produtivas, desenvolvimento social e desenvolvimento institucional em consequência desses desdobramentos. Eu estou eliminando aqui um tema que eu acho particularmente importante, que é a cultura e a educação, ficando mais circunscrito aos primeiros itens que aqui citei. Ponto. Nós mergulhamos de ponta a cabeça nesse esforço. Porém, ao mesmo tempo, para restaurar o BNDES como um instrumento, uma instituição com um instrumento de desenvolvimento, era necessário ter perfilado os objetivos. Eu percebi — percebemos, a minha diretoria — o grau de desarticulação que havia. Começamos a colecionar projetos que estavam em prateleiras ou paralisados em distintos graus. Se eu não me engano, se a memória não me falha — a idade já cobra seu preço —, havia, se não me engano, 17 projetos hidroelétricos analisados pelo banco como projetos viáveis e tecnicamente relevantes para o País, porém com dificuldades variadas, desde não preenchimentos de requerimentos relativos ao meio ambiente até subdetalhamentos de projetos, etc. Muito bem, era visível e é visível para um país como o Brasil a importância central e crucial da energia. E, dentro de energia, a mão de Deus nos deu pelo menos três bacias hidrográficas que nos dão um cenário de um potencial muito promissor de hidroeletricidade. Então, era fundamental pensar no setor, repensar o setor energético. De certa maneira, como os senhores sabem, a eletricidade também pode ser produzida sob a forma de termoeletricidade. E a termoeletricidade tem um problema: ela usa recursos não renováveis, enquanto que a hidroeletricidade tem a vantagem de ser perene e não esgotar recursos não renováveis. Então, era extremamente importante robustecer a frente energética. Também era óbvio e evidente que era extremamente importante pensar uma inovação ou, pelo menos, um aperfeiçoamento logístico brasileiro, porque, como os senhores sabem, o grosso do deslocamento de cargas no Brasil se dá a partir de transporte mecânico motorizado, e é uma forma tradicionalmente identificada como sendo pelo menos duas vezes mais custosa que o ferroviário e quatro vezes mais custosa que o hidroviário. A contribuição hidroviária no Brasil era realmente muito pequena, o que dava uma principalidade para repensar na logística brasileira, partindo de uma coisa muito singela: se fosse reduzido o componente de frete num país em que 80% da população já é urbana e 50% é metropolitana, você teria um efeito de elevação do poder de compra real da renda das famílias, o que é



extremamente redinamizador do País. Nós nos mergulhamos a estudar também essa questão e daí fomos nos desdobrando por outras dimensões. Uma das dimensões que nós estudamos com certa, vamos dizer, economia de meios foi a da construção civil, apesar de ser, na nossa avaliação, um setor no qual o Brasil tem potencialidade mais relevante, por variadas razões, e a mais elementar delas é que toda a cadeia produtiva na construção civil é nacional, está internalizada no Brasil, e vai desde pequenas coletas de materiais de construção feitas no local até o cimento produzido em escalas maiores, até produtos de cerâmica, que é nacional, até ferro de construção, que é nacional, etc. O mérito é que é um setor que emprega muita gente, resolve o que é uma demanda fundamental da população brasileira, que é a casa própria, e pode ser realizado basicamente sem pressionar a capacidade importadora do País. Então, construção civil era, para nós... Porém, construção civil tem uma instituição financeira pública, que é a Caixa Econômica, que é especializada em operar no setor. O que o BNDES faria... Já está chegando a hora?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - O tempo já se esgotou há algum tempo.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO DE LESSA** - Então, se já se esgotou, eu vou terminar, dizendo para os senhores o seguinte... Dez minutos é pouco, eu acho muito pouco, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Para quem dá aula de 2 horas, não é?

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO DE LESSA** - Para quem dá aula de 2 horas, não; para quem acorda às 4 horas da manhã para pegar o avião. Mas eu obedeco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - Quero agradecer a compreensão, Dr. Carlos Lessa, até por causa do adiantado da hora também. Já são 12h45min. E sei que o senhor está aqui desde às 9 horas da manhã aguardando para essa oitiva.

Então, novamente quero agradecê-lo.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO DE LESSA** - Estava aqui às 8h30min.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - Desde às 8h30min. Quero dar a palavra, agora, ao Relator, Deputado José Rocha.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Ilustre Presidente Miguel Haddad, ilustre ex-Presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, Sras. e Srs. Deputados, quero, aqui, cumprimentar o Senador Roberto Requião, que nos honra com sua presença. E quero dizer ao Sr. Carlos Francisco...

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO DE LESSA** - Carlos Lessa.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Carlos Lessa, como prefere. Quero dizer do seu rico currículo. Desde a época de graduação em Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, hoje UFRJ, em 1959, ocupou cargos no magistério que, com certeza, honra o magistério brasileiro, como professor da SUDENE, do ILPES, Chile, Nicarágua, El Salvador, passando como professor de curso pós-graduação na Escola Latino-Americana do Instituto de Economia da Universidade do Chile, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Presidente de um dos maiores bancos de fomento do mundo, que é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para orgulho de todos nós brasileiros. Foi substituído pelo ilustre ex-presidente Guido Mantega.

Meu caro Presidente Carlos Lessa, primeiro, quero pedir as nossas desculpas por esse longo tempo que V.Sa. ficou a esperar. Hoje são dois depoimentos. Houve o primeiro do Eleazar Carvalho Filho. Como acho que pela idade o senhor deveria ter sido o primeiro, pedimos desculpas aí pela inversão da ordem de inquirição.

Quero, inicialmente, dizer a V.Sa. que, em entrevista publicada no *site* eletrônico do canal *Ibase* em dezembro de 2013, V.Sa. afirmou que, durante sua gestão no BNDES, o processo de aprovação de projetos era muito rigoroso tecnicamente e, por isso, demorado.

Na ocasião V.Sa. também disse que essa demora desagradava ao empresariado e ao Poder Executivo. De que maneira esse desagrado se manifestava? Que tipo de pressões o BNDES sofria por causa dessa demora?

Segunda pergunta. Em 10 de junho de 2003, foi editado decreto dispondo sobre a Câmara de Comércio Exterior — CAMEX, órgão integrante do Conselho de Governo da Presidência da República. De que maneira as decisões tomadas pela CAMEX condicionavam a atuação das áreas técnicas do BNDES?



Terceira pergunta: quanto ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações — COFIG, criado por decreto de 18 de fevereiro de 2004, de que maneira as decisões tomadas pelo COFIG condicionavam a atuação das áreas técnicas do BNDES?

Quarta pergunta: a criação de órgãos e entidades como COFIG e Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores — ABGF implicou a transferência de atribuições até então detidas pelo BNDES a órgãos de administração pública direta?

Quinta pergunta: qual a justificativa para que atribuições tais como análise de risco de crédito e negociação de garantias sejam conferidas ao BNDES no plano interno, mas lhe sejam retiradas quando se trata de financiamentos internacionais?

Não há uma incongruência entre análise técnica do BNDES e aquela de natureza política empreendida por CAMEX, COFIG e ABGF?

De que maneira, especificamente, as decisões tomadas pelo Conselho de Administração limitava o condicionamento e atuação dos órgãos técnicos do BNDES em sua gestão?

São essas as seis perguntas que reservei para dirigir a V.Sa.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO DE LESSA** - Muito obrigado, Deputado José Rocha. A primeira pergunta... A entrevista é... Houve, e eu confirmo tudo o que falei. Quer dizer, creio que qualquer empresário que apresenta um pleito ao organismo de financiamento quer ter a resposta no prazo mais curto possível.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Celeridade.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO DE LESSA** - Celeridade, é natural. É evidente que um banco como o BNDES, que opera, na verdade, empréstimos de longo prazo decisivos quase sempre para o desenvolvimento ou instalação de uma nova empresa, seja instado a tomar as decisões com a maior rapidez. Entretanto, a construção de uma decisão técnica dentro do banco é uma construção complexa; passa por múltiplas etapas. Creio que já foi, enfim, pelo menos ensaiado, creio que nesta Comissão, como os trâmites são complexos, e muitas vezes a empresa não responde ou não tem informação. Na verdade, muitas vezes é a atração da própria análise do BNDES que leva a empresa a aprofundar ou estudar ou agregar alguma dimensão. É um processo interativo.



Como são quase sempre decisões extremamente relevantes para um país, é natural que haja muita cautela e muito cuidado. Isso eu estou colocando como uma dimensão de natureza geral, e a queixa é um direito das empresas, não é isso? Então, é evidente que as queixas às vezes procedem contra excesso de burocracia. Mas com frequência convertem o chamado excesso de burocracia, que muitas vezes não há, em uma queixa quanto à ineficácia de desempenho da organização. Então, em algum momento, o Presidente da República chamou-me para perguntar sobre isso, e lembro-me de que ele nos pediu para fazer uma coletiva de imprensa. Nessa coletiva de imprensa eu disse que, se o BNDES fosse uma padaria, seria uma maravilha, porque, se pedir uma nova fornada de pães, rapidamente nós podemos produzi-la. Mas as decisões do BNDES são decisões lentas, difíceis, tecnicamente pesquisadas, muitas vezes quase à exaustão. Até há um episódio. Não sei se posso citá-lo rapidamente. O Sindicato dos Panificadores ficou muito incomodado. Mas eu disse: *“Mas, por favor, não fique incomodado. O pão é essencial. A fornada de pão é uma coisa formidável. Fazer rapidamente...”* Aí, sabe o que aconteceu? Em desagravo, mandaram-me uma cesta enorme cheia de pães variadíssimos. Aí eu distribuí os pães pelo gabinete, pelo andar todo da Presidência. Foi um episódio. Isso é anedótico. Vamos ao ponto. Então, todo procedimento operacional interno do BNDES nós começávamos a visitar continuamente para tentar aperfeiçoar a qualidade da decisão e ter respostas a eventuais atrasos. Não chegamos a nenhum paraíso, não. É uma coisa muito difícil; porém, era um esforço mais ou menos permanente da minha diretoria de avançar nesse sentido. A segunda pergunta que o senhor colocou... São diversas perguntas. Com respeito aos financiamentos externos, operações que com frequência o banco era instado a fazer, desde... Vamos colocar da seguinte maneira: para uma economia periférica do mundo como a brasileira, tudo o que diz respeito à balança e ao pagamento é extremamente relevante, e num balanço de pagamentos, particularmente o balanço comercial, porque um banco de desenvolvimento cuida, na medida do possível, de aumentar o oxigênio externo no País. Isso é, digamos, um objetivo mais ou menos permanente, ou deve ser um objetivo permanente de qualquer política econômica. O BNDES estava com... Tinha a sua atenção também voltada para esse tema; porém... Aí, obviamente, há uma dimensão que escapa dos critérios, vamos dizer,



de operações de crédito tipicamente bancários e vai para o espaço das resoluções políticas. Eu posso, por exemplo, dar um exemplo relevante, porque a visão dos chamados campeões nacionais deve ser, no meu ponto de vista, uma visão na qual certas empresas, certas instituições, são consideradas pilares para o desenvolvimento futuro da sociedade, e como tais são instituições que devem ser observadas com muita atenção. Um paradigma disso é a Companhia Vale do Rio Doce. Pela Vale do Rio do Doce há visivelmente uma importante frente potencial de expansão para a Vale do Rio Doce ligada ao minério de ferro. O minério de ferro é brasileiro, tem um teor mais alto do que os minérios de ferro de outras regiões do mundo, e nós, com isso, ganhamos um peso crescente em relação à Ásia, que, com a exposição chinesa e hindu, etc., Japão antes, adquiria muito minério de ferro nosso. O nosso calcanhar de Aquiles é a disponibilidade de carvão metalúrgico. Se nós tivéssemos muito carvão metalúrgico, o Brasil podia, em vez de exportar minério de ferro, exportar produtos de aço semiacabados ou acabados. Porém, ao fazer a rota *capeside*, quer dizer, contornando o Cabo lá na África para a Ásia, as grandes embarcações brasileiras podiam, com muita facilidade, chegar a Moçambique. Moçambique tem uma imensa reserva de carvão mineral. Então, era uma articulação obviamente importante para o Brasil ter acesso ao carvão da África do Sul, porque nós teríamos a vantagem de os cargueiros nossos que levavam minério de ferro voltar ao Brasil trazendo carvão. Então, era uma coisa extremamente importante. Foi uma das duas ou três viagens que eu fiz para o exterior enquanto Presidente do BNDES. Não é porque faltassem convites, não. Havia muitos e muitos convites, mas eu achava que meu papel seria muito mais estar dentro da instituição do que propriamente indo... Mas fiz questão de ir a Moçambique, e lá em Moçambique nós fizemos uma negociação que deu origem a um grande projeto que a Vale do Rio Doce hoje desenvolve: um carvão mineral em Moçambique. Creio que em mais ano e meio deve estar já operando à plena carga e vai reforçar muito a vocação siderúrgica brasileira, acho eu. Eu estou fazendo referência a esse projeto especificamente porque é tipicamente um projeto... e tinham... Como Presidente do BNDES, desloquei-me para Moçambique para conversar com o Presidente de Moçambique e conversar com o Ministro de Indústria e Comércio de Moçambique, partindo da hipótese de que Moçambique não devia ser só exportadora de carvão; e,



de certa maneira, fui conversar com o Presidente sobre a importância de evoluir em Moçambique uma planta também siderúrgica para abastecer os países do Oceano Índico. Não sei se essa dimensão prosperou. A dimensão da Vale. Em Moçambique é um dos dois grandes projetos que a Vale desenvolve hoje. A Vale do Rio Doce sai desenvolvendo um grande em Carajás, com nova frente, e está desenvolvendo carvão mineral em Moçambique, que é, do ponto de vista logístico e para a empresa, uma articulação extremamente importante. Eu estou dizendo que, por vezes, até dentro de um banco, nós podemos até por um olhar no exterior, como foi no caso desse projeto. Porém, de um modo geral, o que o banco faz é um exame *interna corporis* das características financeiras da operação e assume que a principalidade da negociação política é externa. Ou seja, de um modo geral, o BNDES coloca-se numa posição de ouvinte respeitoso dessas outras instituições. Eu estou dando uma resposta de natureza geral, que deve compreender as agências a que o senhor fez referência. E eu creio, se não me falha a memória, que eu percorri as suas questões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Eu agradeço a V.Sa., Sr. Carlos Lessa.

Vou passar a palavra aos oradores inscritos e, pela ordem de inscrição que nós mantivemos da oitiva anterior, vou conceder a palavra inicialmente ao Deputado Adail Carneiro.

**O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO** - Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, demais pares, Deputados, colegas, cumprimento o Sr. Carlos Lessa, ex-presidente dessa instituição que tanto contribui para o desenvolvimento do nosso Brasil e dos demais países que o buscam, países que costumam pedir empréstimo.

A seleção dos recebedores desses investimentos, porém, segue incerta, ninguém sabe quais critérios o BNDES usa para escolher os agraciados pelos empréstimos. Boa parte das obras financiadas ocorre em países pouco expressivos para o Brasil em termos de relações comerciais, o que leva à suspeita de caráter político na escolha.

Por isto foi aprovada a CPI do BNDES: para investigar supostas irregularidades do banco ocorridas entre 2003 e 2015 — porém, sei muito bem que o



período em que o senhor esteve na presidência do banco foi de 2003 a parte de 2004 —, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público e ao nosso País.

Portanto, Sr. Carlos Lessa, eu me dirijo aqui a V.Sa., primeiramente, para dizer que tenho conhecimento de que, na gestão do Governo Sarney, de 1985 a 1989, o senhor foi diretor do FINSOCIAL. E, depois, na gestão do Governo Lula de 2003 a 2004, o senhor já estava na condição de presidente do banco. Assim, pergunto: houve mudanças na política de financiamentos para exportação de bens e serviços brasileiros neste lapso temporal? Como o senhor vê a evolução dessa política de incentivos no âmbito do Governo Sarney, passando pelo Governo FHC e chegando aos Governos Lula e Dilma? Esta é a minha primeira pergunta. Quando o senhor responder, passarei a mais uma pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Adail Carneiro.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Lessa.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Sr. Deputado Adail, eu fui Presidente do banco durante 2 anos e fui diretor do FINSOCIAL logo na transição para a Nova República. Eu quero crer que não houve modificações substantivas nesse período com respeito às operações ligadas ao comércio exterior. *Lato sensu*, uma empresa que se propõe a exportar pode pedir financiamento ao banco. O banco vai examinar para verificar se é viável ou não a proposta exportadora dela, e, como tal, apoiar. Da mesma maneira, uma empresa portadora de uma tecnologia pode ser apoiada pelo BNDES a procurar mercado mundial. O exemplo por excelência é um êxito brasileiro chamado EMBRAER. A EMBRAER é uma empresa extremamente bem-sucedida que começou pela pesquisa militar e aeronáutica em São José dos Campos. Lá se percebeu que os projetos de aviões para o Brasil não respondiam às exigências do espaço brasileiro e ela começou a desenvolver aviões, quer de caráter inteiramente militar, quer aviões de passageiros de porte médio. E o BNDES, desde o primeiro momento, esteve acompanhando a EMBRAER. O grande problema da EMBRAER era conseguir consolidar-se financeiramente no mundo, porque os seus competidores eram a Bombardier, canadense; uma empresa francesa extremamente importante,



cujo nome me falta agora; e havia também a Boeing. E a EMBRAER obviamente abriu caminho. Mas para abrir caminho ela precisava de quê? De uma linha de financiamento de ultra longo prazo, porque as outras fornecedoras de aviões vendem seus aviões a 18 anos de pagamento. Então, é um crédito à exportação de longuíssimo prazo. Então, quando eu, por exemplo, assumi a Presidência do BNDES, o BNDES já deveria ter firmado talvez uns 300 contratos desse tipo para exportação de aviões. Eu estou tomando a EMBRAER, porque a EMBRAER tem uma trajetória muito curiosa, que é a seguinte: é uma empresa que produz um equipamento de altíssima tecnologia, com uma componente interna pequena. Quer dizer, é o paradigma da empresa brasileira que exporta inteligência, digamos assim. Mas, para isso, o BNDES teve de financiar o projeto de avião, todo o desenvolvimento de dois modelos de aviões e conceder empréstimo aos compradores no exterior dos aviões da EMBRAER, condição *sine qua non* para o seu êxito, que existe ainda hoje. Ela é uma empresa que nasceu no Brasil e ocupa uma constelação mundial. Porém, o BNDES esteve por trás. Eu estou procurando, Sr. Deputado, dizer o seguinte: que as operações de financiamento externo podem ser como essa da EMBRAER. Agora, o mais frequente não é isso. O mais frequente é: fornecedores brasileiros que fabricam equipamentos que estão associados a projetos no exterior receberem prioridade, porque vão participar de exportação significativa. Então, a ideia de apoiar, por exemplo, empreiteiras, para conseguirem contratos fora não é para a empreiteira prosperar, mas é para que haja todo um volume de exportações de serviços, de inteligência brasileira, mão de obra brasileira, componentes feitos no Brasil. Esses são ângulos que eu sempre vi analisados com muita atenção. A parte política cabe ao Ministério das Relações Exteriores, cabe à Presidência da República, cabe a outras instâncias. Eu creio que lhe dei a resposta completa.

**O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO** - Bom, eu vou me dar por satisfeito com relação a essa resposta.

Eu tenho uma curiosidade aqui, exatamente muito atento à imprensa e aos bastidores à época. É que... Uma pergunta. Certamente com o bom caráter que acredito o senhor tem, mas é natural que essas pessoas ocupantes desses cargos



tão importantes sofram algumas pressões. E, por essa razão, eu quero saber se o senhor sofria alguma ingerência política ou interferência externa de outras Pastas.

Quais eram os motivos de tantos atritos existentes como os havidos, enfim, com Presidente de Banco Central, com Ministro da Fazenda, com essas pessoas que estavam sempre em atrito com o Presidente da Pasta do BNDES exatamente nessa época, entre 12 e 13 anos atrás?

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Bem, a minha visão de política econômica não era exatamente superposta à visão nem do Ministro da Fazenda nem do Presidente do Banco Central. E naturalmente havia uma discussão sobre formatos de política econômica. Claro que há um segmento, digamos assim, da mídia, que é especializado em coletar esses atritos. Eu quero lhe dizer que alguns dos meus atritos são públicos e notórios. Eu vou lhe dar o principal deles: eu acho que o desenvolvimento exige juros baixos. E financiamento de longo prazo para o desenvolvimento da economia brasileira e para aperfeiçoamento das instituições sociais exige, então, juros bem abaixo daqueles que são praticados, naturalmente para a organização do fluxo de crédito de curto prazo. Ou seja, financiamentos de longo prazo devem ter taxas de juros mais baixas. E o BNDES opera a partir de uma taxa chamada TJLP — Taxa de Juros de Longo Prazo. E a TJLP depende do Conselho Monetário Nacional. Então, era, digamos assim, permanente a pressão que eu procurava fazer sobre o Conselho Monetário para que ele reduzisse a TJLP. Eu estou lhe dando um exemplo localizado. Em contrapartida, certos gastos fiscais também são extremamente relevantes. Se a política fiscal for contracionista, muitos projetos não podem caminhar. Eu, pessoalmente, acho... Agora, quem vai falar aqui não é o Presidente do BNDES, é o economista. Eu acho que o desenvolvimento da economia exige uma visão que combine boa governança com visão de futuro. A visão de futuro não emana de uma política de austeridade. Permita-me fazer uma comparação aqui, Deputado. Quando houve a grande crise de 2008, os Estados Unidos adotaram uma política não de austeridade. Adotaram uma política... O Bernanke, Presidente do Banco Central americano, o FED, chegou, inclusive, a dizer que jogaria do helicóptero recursos sobre Wall Street para que ela se desafogasse. Ou seja, a proposta norte-americana foi sair da crise mundial mediante redução de juros, mediante créditos subsidiados,



mediante refinanciamento de ativos. E eu acho que deu certo, porque a economia norte-americana está crescendo 3,7% — 3,7%, o PIB este ano. Quer dizer, é uma consagração de uma política que não foi recessiva. É a consagração de uma política de impulsão que os Estado Unidos adotaram, o contrário do que a Europa fez. A Europa foi pela linha da austeridade: elevou os juros, cortou, segurou gastos. E eu acho que a evolução da Europa foi muito lamentável. Eu não vou fazer referência nem à Grécia, nem a Portugal, nem à Irlanda, que já são, digamos assim, os países mais simbólicos dessa crise, mas eu vou fazer referência a problemas que a economia italiana vive, que a economia francesa vive, que a economia inglesa vive. Quer dizer, se eu olhasse para o mundo, de 2008 para cá, eu diria que a política norte-americana foi a correta e que a política europeia historicamente não deu certo. Veja bem, eu estou chamando, sublinhando como a política econômica pode ser objeto de modulações muito diferenciadas, porque foi a mesma crise, com o mesmo vetor.

**O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO** - Entendo. Muito embora a resposta não tenha sido exatamente explícita como eu gostaria, a sua justificativa me convence, em razão de que é natural que haja conflito com os presidentes dessas outras instituições. Porém, aqui eu vou lhe colocar a última pergunta. O senhor, que sucedeu o último Presidente do Governo que antecedeu o Governo Lula...

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**  
-Anterior. Isso.

**O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO** - Qual o papel dos financiamentos a pequenas e médias empresas no Governo FHC e, depois, no Governo Lula?

Eu posso fazer uma observação?

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**  
- Pois não.

**O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO** - Conheço alguns amigos empresários que têm a maior dificuldade de levantar recursos, apresentando garantias mais do que seguras. E nós vemos uma facilidade muito grande de esses recursos irem para outros lugares, quando há uma interferência. Por mais que não seja muito nítido, nós sabemos nos bastidores que há interferência política.



E o nosso objetivo é colher os esclarecimentos necessários, para que possamos, a partir daí, adotar uma política diferenciada, a fim de que todos os que têm essa prerrogativa de buscar esses recursos tenham também o direito de ter o recurso ora buscado.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Deputado, em primeiro lugar, eu quero dizer ao senhor o seguinte: um banco tipo o BNDES pode examinar diretamente projetos a partir de um certo tamanho; porém, a capilaridade da ação de um banco tipo BNDES depende de bancos repassadores. Então, é preciso olhar o sistema bancário como um todo. Quando assumimos o BNDES, eu encontrei no BNDES, com estudos muito avançados, uma coisa que me pareceu excepcional, que foi o que, depois, nós implementamos com o nome de Cartão BNDES. Qual era a ideia? Era a ideia de dar acesso a fundos públicos, fundos de poupança compulsória, ou seja, fundos de longo prazo, para pequenas e médias empresas. Só que o BNDES não poderia operar. Então, tinha que operar a partir de uma rede. Essa rede, no passado, existia com os famosos bancos de desenvolvimento, e havia muitos no Brasil. Quando nós assumimos, já estava muito reduzido o número deles. Pegamos, então, todos os bancos privados que se credenciaram para operar o Cartão BNDES. Uma das minhas preocupações era a seguinte: que não houvesse na negociação do Cartão BNDES nenhuma *side condition*, nenhuma condição lateral para ser imposta ao empresário. O empresário deveria, tendo o seu cartão, ter condições de operar; receber o seu cartão sem ser obrigado a fazer qualquer outra concessão que não as regras do cartão. Adotei as regras que chegaram e pus em prática. E eu quero crer — a memória pode me falhar — que foi um sucesso o crescimento do Cartão BNDES. Hoje está consolidado no Brasil. E é todo ele voltado para a pequena e média empresa. Eu quero dizer, Sr. Deputado, que a ingerência política pode acontecer na ponta do sistema. Pode acontecer até em nível microscópico. Porém, de um modo geral, nós, do Banco, do BNDES, tínhamos, pelo menos como postura, favorecer ao máximo as operações dentro das normas estabelecidas. Essas normas, a memória minha não me lembra no momento, mas se os Srs. Deputados quiserem, a assessoria do Banco pode fornecer. Eu agradeço ao senhor.

**O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO** - Muito obrigado a V.Sa.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Zarattini) - Eu agradeço. O próximo com a palavra é o Deputado Betinho Gomes.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Primeiro, uma saudação ao Dr. Carlos Lessa. É uma satisfação tê-lo aqui conosco nesta audiência da CPI. Sem dúvida, sua experiência vai colaborar muito com os trabalhos que nós estamos desenvolvendo aqui.

Eu queria iniciar a minha fala fazendo primeiro uma consideração, para depois questioná-lo. Um dos temas bastante tratados aqui nesta CPI, desde o seu início, diz respeito à política que o Banco passou a exercer já após a sua Presidência, que possibilitou, via decisão do Governo, um aporte extraordinário de recursos — algo em torno de 450 bilhões de reais — para se promoverem financiamentos altamente subsidiados a grandes empresas.

Mesmo com essa definição política do Governo e do BNDES, já após a sua gestão, apesar desse volume vultoso de recursos, nós não sentimos — os dados econômicos mostram — um aumento significativo de investimento na economia brasileira. O setor econômico não conseguiu ampliar os investimentos, apesar desse volume bastante considerável de recursos. E isso, evidentemente, revela que a opção que nos parece que foi tomada não atingiu o objetivo de ativar fortemente a atividade econômica. Pelo contrário, o Brasil vem perdendo, inclusive, competitividade internacional no setor industrial. Nós estamos passando por um processo de desindustrialização. E mesmo assim nós tivemos esse aporte considerável de recursos.

É bom até frisar que esse montante de recursos representou seis vezes mais do que o seu próprio período. Então, eu gostaria de colocar essa questão, inicialmente, para pedir a sua opinião sobre os motivos que poderiam ter levado o Brasil, apesar de todos esses investimentos feitos, esse aporte do Governo Federal, esse recurso subsidiado, a não alcançar um elevado grau de investimentos na nossa economia. Essa é uma primeira questão.

Depois, eu gostaria também de ouvir de V.Sa. uma consideração sobre a decisão do BNDES de adotar a política dos campeões nacionais, que, parece-nos, se revelou como uma decisão equivocada, que não atendeu os interesses da economia nacional. Isso fica reforçado pelos dados da economia que aqui eu estou



citando. Nós tivemos um aporte considerável de recursos para o BNDES, recurso subsidiado que foi cedido, que foi emprestado a essas empresas nacionais, inclusive para comprar outras empresas fora do País, e nem por isso nós conseguimos aumentar a atividade econômica.

Então, eu gostaria que V.Sa. fizesse considerações sobre estes dois movimentos: do recurso e também da opção da política de campeão nacional, que foi adotada pelo Banco, certamente sob a orientação do Governo.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Sr. Deputado, eu tenho que visitar, rapidamente, um episódio, que é o episódio da minha demissão. Eu interpretei a minha demissão não como uma quebra de confiança na minha conduta nem na dos meus diretores. Eu interpretei a minha demissão como uma divergência com respeito ao projeto nacional. Isso, inclusive, os senhores poderiam — eu não tenho como fazer isso —, pela mídia, registrar. Houve diversas entrevistas, diversas complicações etc. Porém, para poder responder à sua pergunta, eu vou ser obrigado a perguntar ao Sr. Presidente se eu tenho um pouquinho mais de tempo, porque é uma pergunta complexa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Nós não estamos aqui, Sr. Carlos, preocupados com os membros da CPI, mas sim com V.Sa.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Não...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Sei que V.Sa. está aqui desde cedo.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Não, não, não se preocupe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Eu penso que, se V.Sa. fosse mais objetivo...

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Mas a pergunta do Deputado é extremamente importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - ...melhor para V.Sa..

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Deixe-me dizer o seguinte: eu continuo achando que o Brasil deveria ter explicitado, de maneira absolutamente clara e inequívoca, um projeto nacional,



desde o início da Presidência de Lula. Deveria ter ficado explicitada uma discussão para fixar um projeto nacional. Na verdade, eu interpreto o período em que eu estive no Banco como um período em que eu procurei subsidiar essa discussão. Porém, quero crer que, *lato sensu*, o Governo optou por esperar melhorias das relações externas. E a partir de 2004 houve para o Brasil um benefício espetacular dado pelo mundo, que foi o fenômeno da China, Índia, enfim, a chamada explosão asiática, que permitiu ao Brasil viver uma fase extremamente confortável, que era a seguinte: havia mercado crescente, a preços crescentes, para todos os produtos firmados de exportação aos brasileiros — minério de ferro, soja, café, mate, proteínas vermelhas, proteínas brancas etc. Extremamente favorável, e o preço subindo. E, pela primeira vez na história brasileira, houve uma coincidência de preços de produtos firmados crescentes e preços de produtos manufaturados caindo. Então, em termos pedantes, na relação de intercâmbio, relação de troca, foi extremamente favorável ao Brasil. Eu lhe diria que, de fins de 2004 até 2008, o Brasil viveu um cenário hiperfavorável, o que se reflete numa redução das vulnerabilidades externas brasileiras, com reforço nas reservas internacionais. Eu não vou superabundar em coisas que todos os senhores conhecem. Eu só queria dizer que, na minha visão, nós desperdiçamos uma chance histórica — essa é a minha visão — de consolidar as forças produtivas brasileiras, porque nós avançamos muito nas relações internacionais favoráveis ao Brasil, porém houve, como o senhor falou, uma redução da produção industrial. Então, houve um desenvolvimento agroindustrial extremamente relevante, mas houve destruição de cadeias produtivas industriais, houve lacuna da cadeia produtiva industrial. Quando o cenário começou a virar, com a crise de 2008, que não foi uma crise muito contundente, a resposta brasileira visitou muito a ideia de estimular as atividades brasileiras pelo consumo privado. Esclareço: vendas financiadas de automóveis, geladeiras, televisões, eletrodomésticos. Isso é um ponto que pode dar partida a um processo de recuperação. Porém, a taxa de investimento a que o senhor fez referência teria que subir, e não subiu. Na verdade, a taxa de investimento brasileiro ficou num rastejar meio medíocre, durante um período longo, muito longo. De certa maneira, é como se nós tivéssemos, vamos dizer, com a prioridade dada ao consumo privado, atrasado a prioridade necessária do consumo público. Qual é o consumo público? Saúde,



educação, investimentos na mobilidade urbana, investimentos na infraestrutura urbana. Até porque o Brasil, hoje, tem 80% da sua população nas grandes cidades. Então, o que eu quero sublinhar é que a minha opinião, como economista, foi uma opinião crítica com respeito a esse desenho político e econômico. Agora, houve um lado disso que é inquestionável. Houve um progresso social. Milhões de famílias chegaram aos seus objetos de desejo — automóveis, eletrodomésticos. O grande problema é que, sem as forças produtivas crescerem, há possibilidade de retrocesso. Esse é o problema para se debater de agora para o futuro. Aliás, o que eu espero é que essa grande discussão brasileira vá para uma discussão sobre qual é o projeto nacional para o futuro brasileiro. Até porque o que aconteceu. Pode ter valor pedagógico, porém a história não se repete. Só se repete como farsa. Pelo menos eu creio assim.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Como?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- *(Riso.)* Deputado, então eu acho que, em primeiro lugar, ao colocar a atenção na taxa de investimento, se coloca a atenção numa variável chave para o desenvolvimento das forças produtivas. E acho que, tentando reinterpretar ou interpretar a trajetória política e econômica, o senhor coleciona subsídios para uma discussão que eu espero que os brasileiros enfrentem para valer: qual é o projeto nacional brasileiro. O meu problema é que eu não sei qual é. O meu problema, hoje, é que eu olho e não sei qual é. Eu tenho um certo alienamento em fazer essa leitura. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Betinho, V.Exa. ainda tem um tempo disponível.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Eu agradeço a opinião do Dr. Carlos Lessa. Eu acho que foi importante. Acredito que esse debate precise ser, de fato, aprofundado.

Inclusive, Presidente, estou preparando um requerimento aqui para aprovação da CPI, convidando uma economista, a Dra. Mônica, que divulgou um



artigo, recentemente, na *Folha de S.Paulo*. Ela fala exatamente desta questão: o Banco subsidiou, mas nem por isso a taxa de investimento aumentou internamente. Então, era importante que nós, além dessa discussão de tráfico de influência e tudo isso que está cercando o BNDES, pudéssemos aprofundar, sob a ótica econômica, se a política está correta, as consequências dela e o que faltou para que, de fato, tivéssemos o poder econômico, a partir dos investimentos.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Deputado, deixe-me dizer: eu acho que tráfico de influências existe na humanidade, por todos os lados. O problema é a governança. Como é que você não exerce uma influência? Todos exercem influência. O problema é que tem que haver procedimentos (*ininteligível*), onde tudo isso seja transparente e aperfeiçoe-se ao longo do tempo. Agora, o que eu quero dizer aos senhores é o seguinte: para o Brasil, na minha visão, o importante é o consumo público. Quer dizer, o que eu considero absolutamente importante no ideário brasileiro é uma adequada saúde, uma adequada educação, uma adequada mobilidade urbana. E, se você assumir esses parâmetros, esses parâmetros não estiveram norteando decisões durante muito tempo da vida brasileira.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Eu só queria complementar, Sr. Presidente, o resto de tempo que me resta, que sobra ainda. O Banco, de fato, criou uma imagem, de uns anos para cá, de não dar clareza ou transparência a algumas decisões. E isso tem alimentado um pouco o imaginário das pessoas.

Isso foi reforçado por algumas decisões políticas do Governo. Vou citar mais especificamente. Os empréstimos que foram feitos para países como Cuba, Angola passaram a ter o carimbo de sigilo desde a gestão do Ministro Fernando Pimentel. Evidentemente, isso gera todo tipo de especulação.

Eu perguntaria a V.Sa. se, de fato, há necessidade de o Governo ter que atribuir a um financiamento com recurso público o carimbo de sigilo para se proteger de determinadas decisões políticas que o Governo esteja tomando. Gostaria de ouvir sua opinião sobre isso.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Deputado, eu quero dizer o seguinte: eu não tenho nenhuma informação do que se passa aqui, além da empresa. É só a empresa. Quer dizer, eu, na verdade, leio o



que todos leem. Eu tomei como norma, minha conduta, tão logo fui demitido, não visitar mais o BNDES por uma razão fundamental, porque eu não queria que me carimbassem como traficante de influências ou colhedor de ensaio de *information*, que é das coisas mais difíceis de operar no setor público. Porque, se você tem uma possibilidade de decisão que constrói o amanhã, você também tem uma possibilidade de, na frente, fazer o que for mais conveniente. Então, eu, por exemplo — isso não interessa, mas... —, tomei a decisão e nunca circulei. Eu só fui ao BNDES uma vez para homenagem a Ignácio Rangel e Rômulo de Almeida, que eram meus amigos — única vez apenas, depois que deixei de ser Presidente. Aliás, eu não quero mentir, eu vou ao BNDES uma vez por mês, porque eu vou ao Banco do Brasil, onde meus vencimentos, como professor aposentado, são depositados. Ponto. Eu estou lhe dando...

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Estou satisfeito, Presidente.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Então, eu não tenho nenhuma informação que não seja aquela que a imprensa divulga. Então, eu me sinto pouco qualificado para responder a respeito de atuação do BNDES pós minha... minha vida. O que eu posso lhe dizer é que, tendo ambientado muitos recursos, evitou-se que a crise nos golpeasse mais forte, certamente. Agora, se a estrutura dessas decisões foi a melhor ou a pior, isso... eu só sei o que os jornais publicam.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Sr. Deputado Betinho Gomes.

O próximo orador é o Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator José Rocha, nosso ilustríssimo convidado, Dr. Carlos Lessa, ex-Presidente do BNDES.

Eu queria fazer algumas perguntas. Outras, o senhor já respondeu. Já estou contemplado.

Eu queria, primeiro, dizer que estou aqui na condição de Deputado de um partido que foi um dos autores desta CPI, por conta de algumas coisas que são desse enredo da mídia, que o senhor diz acompanhar como cidadão. Mas, também, quero confessar a condição de seu admirador, por ser um homem, um economista



de uma visão desenvolvimentista, que eu acho que esteja se perdendo um pouco nos últimos tempos, nas últimas eras, no Brasil. E queria parabenizá-lo pela sua trajetória e pela contribuição que o senhor tem dado aos interesses deste País.

O senhor já disse aqui, e foi matéria de jornais, que durante o período em que o senhor esteve à frente do BNDES, em torno de 2 anos, quase 2 anos...

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Quase 2 anos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - ...o senhor teve divergências de visão macroeconômica com o então Ministro Palocci, da Fazenda, e com o Ministro Furlan, do Desenvolvimento, e há uma frase que foi cunhada por V.Sa.: a de que o BNDES era vinculado ao mas independente do Ministério do Desenvolvimento. Isso ficou bem caracterizado.

Eu pergunto a V.Sa., é a primeira pergunta: o que levou V.Sa. a propositadamente cunhar essa frase de independência, de vinculação mas independência? Portanto, alguma coisa que estava sob a sua égide não sofreria... É a impressão que deu.

Eu não sei se faço uma a uma ou se...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. fique à vontade, mas eu acho que...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - ...ou o senhor anota, e depois eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Acho que V.Exa. poderia fazer a pergunta e já ter a resposta. Acho que ficaria mais fácil inclusive para o senhor, Dr. Lessa.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Como quiser. Talvez fique mais fácil para mim.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Parece que ele está querendo já responder; então, podemos fazer assim, Dr. Lessa.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Quando o senhor levantar a mão é para eu falar? É isso?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Não, o senhor já pode responder.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Ah, já posso?



**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - O Sr. Presidente está sugerindo que façamos assim.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Olhe, Deputado, em primeiro lugar, eu agradeço a sua gentileza, a maneira com que o senhor se referiu ao meu trabalho, mas o que eu quero lhe dizer é que realmente eu tive uma... Eu tinha uma visão diferente do BNDES do que seria a subordinação dele ao Ministério. Eu acho que a subordinação ao Ministro é correta, do ponto de vista de que ele assume e é, por cargo, Presidente do Conselho de Administração do Banco; porém, o que eu avisei é o seguinte: as operações são de total responsabilidade do Presidente e da Diretoria do Banco, porque eu respondo inclusive com o meu patrimônio pessoal pela minha atuação como Presidente. Eu não posso acatar orientações, vamos dizer, operacionais para o Banco de uma outra instância que não seja o procedimento interno do próprio Banco. O.k.?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - O senhor pode dizer que orientações não acatadas por V.Sa., por conta dessa diferença e dessa postura soberana que V.Sa. imprimiu ao Banco, foram sugeridas ou...?

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Olhe, para ser absolutamente preciso para o senhor...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - É claro.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - ...eu nunca tive nenhum... Eu nunca disse nenhum “não” ao Ministro, mas também não disse nenhum “sim”. Eu sempre disse que ele, como Presidente do Conselho de Administração, ele poderia fazer no Conselho de Administração tudo que ele achasse relevante, e se os votos do Governo são comandados pelo Ministro, ele tem condições de derrubar, ou bloquear, ou modificar decisões da administração do Banco. É claro que, fazendo isso, eu teria pedido demissão.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - O senhor se sente à vontade para nos dizer aqui que divergências foram essas...

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Não. Não, vou dizer. Eu vou dizer o seguinte...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - ...ou qual divergência fundamental...



**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Não, a divergência...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - ...levou-o a não dizer nem “sim” nem “não” e conduzir de acordo com a sua convicção?

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Olhe, a minha convicção é a seguinte: o BNDES é o segundo maior orçamento do País. O BNDES é o mais poderoso instrumento do desenvolvimento de longo prazo do País. Se tudo isso estiver em mãos de um Ministro, todos os demais Ministros são subministros; por exemplo, o Ministro da Agricultura, não é? Quem é que financia a maior parte dos equipamentos agrícolas no País? É o BNDES, direta e indiretamente, pelo FINAME e pela rede de agentes. Quem é que financia no Brasil o desenvolvimento industrial? É o BNDES. Quem é que procura atuar poderosamente para reduzir os desequilíbrios regionais? É o BNDES. Então, veja bem, se eu obedeco, eu tenho de obedecer ao Presidente da República, mas não a nenhum Ministro, isoladamente. Agora, se o Presidente da República diz para mim: “*Essa é a orientação do Governo*”, eu acato ou peço demissão. Quer dizer, para mim, eu não posso deixar minha biografia, meu currículo, o currículo de meus colegas, uma instituição que eu acho fundamental para este País, para o futuro deste País, ficar na dependência de um jogo desses, compreendeu? Nem houve, Deputado; eu vou lhe dizer uma coisa, eu passei 2 anos no BNDES e quero dizer-lhe o seguinte: eu não fui pressionado por ninguém. Uma vez eu estive numa reunião, numa entidade empresarial de São Paulo, conversando, apresentando uma discussão, e um empresário de quem não lembro mais o nome disse: “*Disseram que você era um urso, e você é uma pessoa civilizada*”. Não, porque já tinha a fama de que eu não transijo, está certo? E orgulho-me disso, muito. É verdade, orgulho-me mesmo, o senhor desculpe-me.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Por nada, é claro. Muito bem, eu li uma entrevista também em que o senhor dizia que um dos objetivos do banco, àquela época, era a busca da integração sul-americana, que foi uma orientação clara, noticiada fartamente pelo Presidente Lula, está certo?

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Isso.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Eu pergunto a V.Exa.: qual era o objetivo dessa política, o objetivo dessa política de...? E olhando hoje para o BNDES, que está envolvido em uma série de denúncias e é objeto de uma CPI instalada para apurar supostos desvios de dinheiros, ou de finalidade do banco, o senhor acredita que essa política se tenha desvirtuado, tenha-se desfocado, tenha-se deformado por alguma razão?

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Olhe, Deputado, eu vou dizer-lhe uma coisa: todo aparelho de Estado tem de ter burocracia de qualidade. Uma burocracia de qualidade brasileira certamente é o Itamaraty. O Brasil, de longa data, vem-se esforçando pela integração sul-americana. Eu fiz referência a que fiz uma viagem a Moçambique, não é? Pois bem, fiz duas outras viagens, uma à Argentina e outra ao Chile, só. E por quê? Porque o Presidente da República me pediu para mexer nessas duas casas. Mas eu quero dizer o seguinte: nós não fizemos quase nada de financiamento para a integração latino-americana. Foi muito pouco, no meu tempo. Eu gostaria de ter feito muito mais, mas fiz pouco. Por quê? Porque você não faz por querer; é preciso todo um vasto sistema interativo, não é? Mas a integração latino-americana, para mim, é fundamental. Eu, sempre que olho o mapa latino-americano, vejo lá em cima os Estados Unidos da América do Norte. Olho para baixo e penso: por que não há Estados Unidos da América do Sul? É evidente que se todos nós estivéssemos unidos nós teríamos uma presença no mundo muito maior do que a presença que nós temos isoladamente. Eu acho que é essa a política que se procura com o MERCOSUL, com desdobramentos variados, mas eu estou dando a minha posição como brasileiro; como Presidente do BNDES, eu, nesse particular, aceitava como uma orientação chave, até da Presidência da República.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - O senhor, é claro, como referência de desenvolvimentista que é, está reafirmando isso agora, aqui, sobre a política de investimentos do BNDES e das escolhas estratégicas que orientaram investimentos, por exemplo, do BNDESPAR, tais quais os 2 bilhões investidos no Grupo Pão de Açúcar, por exemplo; os investimentos na Telefonia Oi, na *holding* JBS, de que lamentavelmente esta CPI se recusou a ouvir os seus representantes ontem, aqui; diante desses fatos e de outros, apenas para exemplificar, o que, na sua opinião,



orientava essas decisões de investimento, já que, na minha opinião, não estavam dentro dessa visão estratégica de fomento do setor produtivo, ou das cadeias produtivas emergentes? Estrategicamente, o País apresentava-se como importante, e o senhor sempre foi um crítico disso, não só no BNDES, mas como uma visão geral. Eu queria, por exemplo, saber de V.Exa.: o aumento da participação do BNDESPAR em todos esses empreendimentos favorecia em que o desenvolvimento nacional, ou a economia nacional? Como o senhor... Eu queria ouvir a sua opinião sobre isso.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Deputado, deixe-me dizer: primeiro, eu preciso insistir que eu só sei o que está nos jornais. Porém, em princípio...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Mas isso foi fartamente noticiado pela imprensa.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- É, eu sei, mas eu, em princípio, acho que o BNDES deve operar muito mais por empréstimos do que por operações de mercado de capitais. Eu, na verdade, quando fui Presidente do banco, operei no mercado de capitais muito pouco, sendo que a principal operação que eu fiz foi assumir, digamos assim, reforçar a soberania nacional na Vale do Rio Doce, e também outra foi restaurar a presença brasileira no principal distrito energético brasileiro, que é São Paulo. Mas, tirante essas operações, eu praticamente não fiz mais nenhuma de BNDESPAR, e a razão é muito fácil entender.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - É por isso que eu queria ouvir a sua opinião sobre isso.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Não, a razão minha é a seguinte: eu acho que o Banco de Desenvolvimento deve basicamente financiar. Ele só deve assumir posições acionárias quando é explicitamente estratégico para o País, logo, inscrito no seu projeto nacional de desenvolvimento. Por que é que eu digo isso? Pela seguinte razão: como eu acho que o desenvolvimento nacional é a referência principal, eu não acho que a empresa nacional deva ser apoiada para virar multinacional. Essa é a minha opinião pessoal. Agora...



**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Daí se extrai, pode-se extrair...

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Eu estou dando a minha opinião.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Não, eu entendo, é claro, é a sua opinião hoje, de cidadão.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- De cidadão.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Eu pergunto o seguinte: dá para se extrair a sua condenação a essas práticas que foram produzidas, contrárias ao que o senhor está dizendo agora?

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Não, eu, veja bem... Veja bem, Deputado...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Quero a sua opinião, é claro.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Deputado, eu não quero condenar, mas se eu tivesse sido chamado pelo Congresso Nacional para me perguntarem: "O Brasil deve apostar em robustecer empresas brasileiras no exterior produzindo para o exterior?", eu diria provavelmente que não.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - O senhor está no Congresso Nacional sendo instigado sobre isso. (*Riso.*)

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Mas eu estou dizendo em relação...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Tire do pretérito (*riso*), do passado para o presente.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Pois é, mas eu, pessoalmente, não gosto de operações de mercado de capitais.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - É claro.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Eu acho que uma instituição como o BNDES deve ser uma instituição que financia; excepcionalmente, pode assumir uma posição de participação acionária. Essa é a minha posição. Aliás, se o senhor examinar as minhas contas, verificará lá.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Está bem, é claro. Aliás, o senhor já afirmou também, diversas vezes, que não está... Que o BNDES não estaria aí para maximizar os lucros de empresas privadas...

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**  
- É.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - ...que essa não é a missão do BNDES...

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**  
- Não é a missão do Banco.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - ...o que tem a ver com essa pergunta anterior que eu acabei de lhe fazer. Eu estou só, aqui, registrando palavras suas, já.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**  
- É, são minhas palavras.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - É claro, e eu o parabeno por isso, porque eu me associo a V.Exa. nessa visão que tem. Eu pergunto... Só vou finalizar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Eu agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Nós tivemos, Dr. Lessa, um... O BNDES, foi-nos dito aqui por vários diretores e ex-Presidentes que o BNDES “criteriza” para fazer a escolha do investimento, do empreendimento, da linha creditícia. E o volume disso? Quer dizer, quais são, nós perguntamos quais são os critérios, eu queria ouvi-lo sobre isso.

Dois critérios, basicamente, pulverizaram essas respostas: um, a capacidade de pagamento, ou seja, a segurança daquele investimento; e o perfil e a solidez de quem estava solicitando o Banco, dentre outras coisas. Eu queria, primeiro, saber a sua opinião sobre isso, e saber se, por exemplo, o BNDES tem mecanismos técnicos, eficiência, *expertise* para identificar processos — estou falando dos grandes empreendimentos, dos grandes investimentos, dos grandes empréstimos — de superfaturamentos praticados.

O senhor falou aí de... O senhor falou aí de... Da Vale do Rio Doce. Eu acho que foi uma trágica experiência o processo. Eu não estou falando de modelo, mas



eu me associo a V.Sa. nas suas críticas nesse sentido. Eu sou do Estado do Pará e sei o quanto isso lesou o meu Estado, esse modelo, os valores pelos quais a Vale do Rio Doce foi privatizada. Eu não estou necessariamente dizendo que não deveria sê-lo, mas o modelo foi absolutamente predatório para os interesses do País e do meu Estado.

Mas agora nós temos Belo Monte, a maior obra do PAC, financiada em grande parte pelos recursos do BNDES. O Sr. Dalton Avancini, Presidente da Camargo Corrêa, preso, em delação ao Juiz Sérgio Moro disse que houve superfaturamento das obras para poder pagar propina ao PT e ao PMDB. São as palavras do Sr. Dalton Avancini. Eu pergunto a V.Exa.: é possível o BNDES passar incólume, batido, sem percepção dessa prática de superfaturamento em obras desse volume, uma obra que já está em 35 bilhões, segundo as notícias que temos? Eu queria saber a sua opinião sobre isso.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- *(Pausa.)* É uma pergunta realmente... Eu vou tentar responder para o senhor de uma maneira que pode parecer... Quer dizer, eu não sei responder-lhe exatamente essa pergunta; eu posso dizer uma coisa que eu vivenciei, e que eu acho relevante: quando eu fui diretor do BNDES, do fim social do BNDES estava na minha carteira a administração do programa de estradas vicinais. Era o terceiro contrato com o BID para financiar esse tipo de estrada, e eu então... As solicitações vinham por Governos Estaduais ao BNDES. Eu examinei o passado do Banco, pedi para converter em tipos de rodovia, por largura, tipo de obra, tipo de proximidade, de materiais de construção etc., etc., etc., e classificar todas as estradas que estivessem sendo financiadas em equivalente em dólar. Aí eu passei a ter um... um...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Uma referência.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- ...um referencial para poder julgar.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - É claro.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Com esse referencial, eu julguei. Aí aconteceu o seguinte: eu não vou dar os nomes aqui, mas um Estado me mandou os financiamentos, e estavam altos; eu



avisei, aí o Governador me chamou e agradeceu muito a informação que nós tínhamos dado. No outro, o Governador desembarcou no meu gabinete e disse que eu não entendia nada daquilo. Eu disse: *“Olhe, realmente eu não entendo, eu não sou engenheiro rodoviário, muito menos construtor de estradas vicinais, mas o senhor fez estradas a 35%, 30%, em dólar, vizinhas a essa que o senhor está produzindo agora”*. Quero dizer-lhe que o Estado tem de ter parâmetros.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Pois é, eu estou perguntando: o BNDES tem esses parâmetros?

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Não. Para obras colossais, não. Deveria ter, mas não tem. De obras colossais às vezes solicita-se perícia de consultorias internacionais, isso ele poderia fazer.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Mas o senhor fez? O senhor teve parâmetros...

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Não. Não, eu...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - ...nesse exemplo?

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Nesse exemplo de que o senhor está falando, das obras lá de Belo Monte, não, porque Belo Monte foi contratada depois que eu... Que eu saí.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Não, não, eu sei, eu estou dizendo o seguinte: a pergunta... Eu acho que eu não me fiz entender. Eu pergunto a V.Sa., até pelo exemplo que V.Sa. deu... V.S. foi buscar parâmetros que pudessem balizar se aquilo estava sendo razoavelmente adequado aos objetivos ou não, está certo?

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Hum, hum. Isso.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Eu pergunto o seguinte: a instituição tem como aferir isso? O senhor acabou de demonstrar um exemplo do que fez, pelo zelo do interesse público; portanto, é possível fazer isso.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - É, quer dizer, como nessa operação eu não estava mais lá, eu não acompanhei de perto, eu não... Não posso dizer-lhe. Eu acho que o trabalho de instituições como o Congresso Nacional é extremamente importante para melhorar os padrões de



governança, não é? Se o senhor me permite, eu não sei se posso, mas eu queria fazer um parêntese para dizer ao senhor o seguinte: eu acho que todo este processo que nós estamos vivenciando no Brasil vai ter uma repercussão importante para o futuro. Vão aperfeiçoar-se muito os procedimentos, vamos dizer, gerenciais e administrativos. E eu acho que o Congresso colocar o olho é uma beleza, é uma maravilha. Maravilha.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Muito obrigado, Sr. Presidente. E obrigado a V.Sa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Arnaldo Jordy, e passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Sérgio Vidigal.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta, Relator, Deputado José Rocha, quero cumprimentar o Sr. Carlos Lessa, ex-Presidente do BNDES, e lembrar que em 2003 eu tive o privilégio, eu, como Prefeito, de ser recebido pelo senhor quando buscávamos o financiamento de um programa chamado PMI.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Qual era mesmo?

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - PMI, Programa de Modernização de Infraestrutura.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - E naquela oportunidade, inclusive, eu também fui agraciado com um livro do senhor intitulado *Rio de todos os Brasis*, se bem me lembro.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Ah, o *Rio de todos os Brasis*! Esse é um livro meu, é.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - O *Rio de todos os Brasis*, exatamente. E é uma honra...

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Qual era a sua Prefeitura, o seu Município?



**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - O meu Município era Serra, no Estado do Espírito Santo.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Ah, é! Agora eu estou lembrando (*risos*). Faz parte da periferia de Vitória, não é?

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Não, Vitória é que fica próxima da Serra. (*Risos.*) Vitória é que faz divisa com a Serra. (*Risos.*) Mas era uma obra de periferia, de fato.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Isso, isso.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Eu queria perguntar, fazer uma pergunta ao senhor: os depoentes que estiveram na CPI sempre fizeram questão de destacar os critérios rígidos que o BNDES adota na concessão de empréstimos e na governança, não é?

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Hum, hum. É.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Que é uma palavra realmente tão em moda hoje em dia. Mas em fala divulgada pela imprensa, e atribuída a V.Sa., V.Sa. disse, abre aspas: *“O Grupo Eike é uma criatura do PT. Digo que a realização do PT no campo social é o Bolsa Família, e no campo econômico é botar Eike no pódio internacional das fortunas. A piada é muito boa, mas verdadeira. Doar mais dinheiro para Eike? Sou contra. Só o porto não paga a dívida dele, não resolve o problema”*.

O senhor acha que a política de concessão de créditos é falha em alguns casos, ou há influência externa, por parte de autoridade superior, para favorecer grupos ou empresas?

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Olhe, Deputado, deixe-me dizer com toda a sinceridade: isso que o senhor citou eu assino embaixo de novo, se for necessário. Quer dizer, eu pessoalmente acho — isso para mim é importante — que o primeiro mandato do Presidente Lula produziu socialmente reflexos muito importantes, empurrou-nos para a frente. Eu não sei quantos milhões de famílias se sentiram, enfim, atendidas, porém muitos e muitos milhões de famílias. Eu, isoladamente, acho que, de todas as políticas sociais, a mais importante foi elevar o poder de compra do salário mínimo real, porque eu acho



que o salário mínimo real é o indexador geral de todas as remunerações, mesmo aquelas que não são de carteira assinada. Quer dizer, ele é uma espécie de indexador para a área do trabalho, o que é uma defesa social extremamente importante. Agora, eu confesso para o senhor que o caso do Grupo Eike, para mim, foi um caso feio. Feio! Mas essa é a minha opinião. E como eu tenho... Inclusive, como carioca, estou pagando um preço, como carioca, enorme pelo Grupo Eike. O cara pegou o Hotel Glória, desmantelou e não reconstruiu; pegou a Marina da Glória e deixou toda desarrumada; e eu pergunto, em bom português: de onde saiu o Grupo Eike? É uma espécie de cogumelo? Então, eu disse isso de brincadeira, mas é uma brincadeira que tem um fundo de verdade, para dizer que o Bolsa Família está de um lado e Eike está de outro; é uma para Deus e outra para o diabo, se o senhor quiser usar a imagem. Agora, o seu Município é vizinho a Vitória, ainda que vocês se achem o centro do Espírito Santo. Isso é... É formidável, isso! *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Eu gostaria que o senhor pudesse responder-me se essa política de concessão de crédito falha em alguns casos, ou se há de fato influência externa, por parte de autoridade superior, para favorecer grupos ou empresas.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Olhe, veja bem, ao que eu saiba, na trajetória do Grupo Eike, de que eu não conheço detalhes, eu só conheço o que está mais ou menos publicado, o Grupo obteve algumas concessões, e teve acesso a um lote de campos de petróleo extremamente promissores, não é? E, como teve acesso a essas coisas todas, teve um sucesso espetacular quando vendeu ações fora do Brasil. Vendeu para fundos de Dubai, para fundos de Singapura, para fundos de Hong Kong, empurrou para cima, porque eu acho que eles interpretaram que ele era a bola sete na vida brasileira. Agora, como foi que ele virou bola sete eu não sei, mas o senhor há de concordar que sair de uma posição secundária dentro do mundo empresarial, assumir os píncaros da fortuna mundial e descer dos píncaros é uma história que precisa ser bem examinada. Daqui a pouco vai ter livro, inclusive, sobre a história do grupo. Eu tenho certeza.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Presidente, eu posso ainda utilizar o tempo, não é?



Eu queria também perguntar ao Sr. Carlos Lessa: o senhor, em audiência pública lá no Senado Federal, o senhor chamou — e aí vamos abrir aspas de novo, não é? — de “*maior erro estratégico da política energética do Brasil*” a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil. Por que V.Sa. tem essa visão? Qual é a participação do BNDES nessa operação? E houve prejuízo para o BNDES?

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Não. O BNDES não tem e ao que eu saiba não teve participação nessa operação. Eu apenas comentei que o erro era ter ficado com esse gasoduto sem priorizar outros investimentos centrais na equação energética brasileira. Eu acho que está meio... Um pouco excessivo, porque não tem o contexto. O contexto era o de que eu não o considerava um projeto essencial para o País. Eu, na verdade, para ser sincero com o senhor, eu gosto é de hidroeletricidade. Termoeletricidade eu olho com muita, muita cautela, até porque termoeletricidade compromete um recurso que até o pré-sal era muito escasso no Brasil, que é: petróleo e seus derivados. Então, eu até acho que com o pré-sal na frente, e tal, possa-se reformular essa visão, mas para o Brasil, que tem um enorme potencial hidrelétrico, eu acho que a expansão tinha de ser com hidroeletricidade, ponto. Essa é a minha posição.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Eu gostaria de encerrar, de fazer a última pergunta ao senhor.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Pois não.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - É... A conta movimento era o mecanismo pelo qual o Banco Central supria o Banco do Brasil de recursos...

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Isso.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - ...que eram utilizados na expansão dos ativos consolidados do sistema bancário.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Essa conta permitia a liberação de empréstimo e financiamento sem que esses constassem no orçamento fiscal.



A tendência recente das emissões imobiliárias para sustentar o crescimento dos ativos dos bancos públicos, notadamente, especificamente nesse caso do BNDES...

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - ...tem semelhança com a conta movimento. Qual é a análise que o senhor faz dessa similaridade?

Também gostaria de saber se, com a diferença entre os juros que o Tesouro capta no mercado e o que recebe do BNDES, essa conta não vai acabar caindo nas costas dos contribuintes.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Veja bem, são duas perguntas diferentes. Eu vou começar pela segunda. O subsídio é um instrumento de política econômica. Veja bem, se todos nós pactuarmos, por exemplo, que todos os idosos podem andar em transporte coletivo sem pagar a passagem, significa que todos nós concordamos em dar essa vantagem. Nós estamos subsidiando quem? Isoladamente, o idoso, e subsidiariamente os meios de transporte, as empresas de transporte. O subsídio não é em si nem pecado, nem virtude; depende de qual ele é, de quanto ele é e para o que ele está sendo utilizado, não é? Então, ele é um instrumento. Agora, é claro que todos nós, quando pactuamos, aceitamos pagar passagens mais caras nos ônibus, por definição. O subsídio tem de ser pago, ou no presente, ou no futuro, mas tem de ser pago. Então, respondendo a sua pergunta, depende de que subsídio e para quê. Quer dizer, ele não é em si nem virtuoso, nem pecaminoso. Essa é a minha... A minha visão, ouviu? Mas eu admito que as pessoas possam imaginar que é do imposto que está saindo a cobertura do subsídio. Bom, aí é um problema de se discutir qual é o esquema tributário e qual é o esquema de subsídio, não é? Porque tem muito subsídio cruzado, Deputado; por exemplo, o senhor dá tarifa elétrica para projetos elétricos intensivos; necessariamente a conta vai subir noutra lugar, mais cedo ou mais tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Vidigal...



**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Eu só quero aproveitar e convidar o Sr. Carlos Lessa para, quando puder, ir à nossa cidade, para comer a melhor moqueca capixaba, não é?

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**  
- Ah, eu gosto muito. (*Riso.*) Olhe, eu vou cobrar, hein?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edio Lopes...

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**  
- Está registrado aqui em ata.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Está registrado em ata.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Ainda bem que é a melhor moqueca capixaba, porque a brasileira é a baiana, viu? (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra ao Deputado Edio Lopes.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Dr. Carlos Lessa, eu começo dizendo, Presidente, que eu não tinha tido a oportunidade de conhecer o Dr. Carlos, muito embora isso não seja motivo de impedimento para que nós tenhamos acompanhado a sua trajetória. E poderia dizer aqui, Dr. Carlos Lessa, que o senhor, nesta Comissão, é certamente uma das raras quase unanimidades entre gregos e troianos aqui, porque o patrimônio de conhecimento e o patrimônio moral que o senhor representa neste momento, aqui, são inegáveis por todos nós, sejamos de situação, sejamos de oposição.

E bem por isso eu quero fazer-lhe apenas uma pergunta. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, por ser um instrumento do Parlamento, de uma Casa, na essência, política, não poderíamos aqui dizer que está isenta das colorações político-partidárias de ontem e de hoje, e muito aqui se discute o BNDES de Lula, de Dilma, e o BNDES de FHC, e eu pergunto ao senhor — e é importante o período em que o senhor esteve no banco, porque foi justamente o período que separou esses dois modelos de administração, e também de desenvolvimento econômico — se houve mudanças àquela época, e se o senhor conhece, *a posteriori*, mudanças substanciais no modelo de análise de projetos, de créditos, na estrutura organizacional do banco, nesse tipo de análise, se num período lá era mais rigoroso, se no período atual e no seu período a coisa ficou mais omissa, mais relapsa.



**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Olhe, Deputado, eu vou dar-lhe uma resposta com toda a honestidade possível: eu não sei o que aconteceu depois que eu saí; o que eu posso dizer ao senhor é que nós tentamos sempre aperfeiçoar o padrão de decisão, e não caberia a nenhuma pessoa que exerce um cargo público não assumir essa postura. Porém, uma coisa que eu acho extremamente importante, para lhe chamar a atenção, é a seguinte: nós deveríamos pensar muito no conceito de servidor público. Eu acho que servidor é servidor do público, o servidor não é servidor do Governo. Eu estou dizendo isso por uma máxima muito singela: ao Governo cabe gerir o Estado; ao servidor cabe operar, e preservar, e aperfeiçoar o Estado. Nesse sentido, eu acho que é um grave erro permitir que quem ocupa um cargo de confiança seja demitido e perca o salário. Eu vou explicar ao senhor o que é que se passa. Imagine o seguinte: o senhor tem um aparelho de Estado, e há cargos em comissão que duplicam o salário, ou quase duplicam o salário. Se a pessoa que teve o salário reforçado tiver a segurança de que não vai perder de maneira nenhuma, ela terá uma posição de servidor do público mais forte. Então, eu pessoalmente acho que as estruturas administrativas devem ser enxutas. Por isso é que recebi o BNDES com vinte e tantas superintendências e as reduzi para 11. Eu acho que é extrema... Eu não tinha como incorporar, mas é uma coisa que eu acho que o Congresso Nacional deveria discutir: conceito de servidor público, cargo em comissão; ganhou um aumento? Ganhou um aumento; se foi demitido, por que é que ele foi demitido? Tem de ficar explícito. Existem as ouvidorias internas, é possível registrar por que foi demitido. Se um diretor começa a demitir gente sem parar é doido, não é? Agora, o que não é possível é você, em função das pessoas que escolhe para cargos subordinados, modificar significativamente seu nível de rendimento. Isso é uma coisa comprometedora. Eu estou... Eu estou abrindo aqui uma questão que eu sei que não é a questão ligada a esta CPI, mas é uma questão que é genérica. Por exemplo, se eu for para uma instituição, eu nunca iria para uma instituição em que eu tivesse dezenas de subordinados em linha comigo. Eu não ia nem saber o nome deles! Desde Alexandre, o Grande, que a organização militar privilegia um comandante com três ou quatro subordinados. Por quê? Porque tem de estar em contato. Se você tem um número enorme de subordinados, você não os conhece. E eu acho que



o subordinado, se disser que é servidor público, ele tem de ser valorizado como servidor público, e tem de prestar contas para o público do qual ele é servidor. A maneira de fazer isso é a ouvidoria interna, perfeitamente regulada nas instituições. Eu orgulho-me muito de ter instalado a ouvidoria no BNDES, ouviu? Paro por aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edio, V.Exa. está satisfeito?

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Só... Pela minha visível incapacidade de compreensão, eu só gostaria que ele fosse mais objetivo: a estrutura de análise desses projetos mudou de forma substancial de um período para o outro?

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Eu não sei, Deputado, pelo seguinte: como eu lhe disse, quando fui demitido eu me retirei completamente. Quer dizer, os meus procedimentos eram no sentido de procurar aperfeiçoar o mais possível; do posterior são os posteriores que têm de prestar contas aos senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Edio, e, a caminho do fim, passo a palavra ao nosso Relator, o Deputado José Rocha.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustre Magnífico Reitor e ex-Presidente do BNDES Carlos Lessa, esta Relatoria só tem de agradecer a contribuição que V.Sa. deu na tarde de hoje, e peço que se retire meu pedido de desculpas inicialmente, porque a sua presença no final foi bem melhor do que se fosse no início dos trabalhos desta Comissão. Enriqueceu muito aqui esta Relatoria, que com certeza haverá de se inspirar em muito do que foi dito aqui por V.Sa. para fazer o nosso relatório.

Portanto, agradecendo, quero dizer a V.Sa. que realmente a contribuição foi muito importante para o nosso trabalho. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Relator, Deputado José Rocha, e passo a palavra ao ex-Presidente do BNDES, o Sr. Carlos Lessa, para que possa fazer as suas considerações finais.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA** - Eu gosto muito quando o Congresso Nacional se aprofunda em questões. Acho extremamente importante. Eu acho que a atividade política é fundamental para qualquer sociedade. Agora, ela deve ser o mais explícita possível. E a atividade de



gestão pública é uma atividade que tem de prestar contas ao Poder Legislativo, de maneira que vivenciei aqui um momento que eu considero interessante, relevante para a minha própria biografia. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Nós que agradecemos a V.Sa. Eu quero cumprimentar o Relator pela sensibilidade que teve de convidá-lo, para que pudesse prestar aqui esclarecimentos a esta Casa e a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Não tenho dúvida alguma de que V.Sa. aqui chegou com a química da sinceridade. Contribuiu muito para que nós pudéssemos ter aqui muitos debates a respeito do assunto diretamente focado, que é a questão da CPI do BNDES. E V.Sa. já contribuiu muito para o banco, contribuiu muito para este País, contribuiu muito para a sociedade brasileira, e não tenho dúvida alguma de que haverá de continuar contribuindo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para terça-feira, dia 15 de setembro, às 14 horas, em plenário a ser definido, para a oitava do Sr. Ricardo Liao, do COAF.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado às senhoras e aos senhores assessores e à imprensa.

Está encerrada a reunião.